



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL-UFFS
CAMPUS LARANJEIRAS DO SUL-PR
CURSO CIÊNCIAS ECONÔMICAS

THIAGO GONÇALVES DE SOUZA

INSTITUCIONALIZAÇÃO DOS
PRINCÍPIOS COOPERATIVISTAS: O CASO DA COPAIA

LARANJEIRAS DO SUL

2021

THIAGO GONÇALVES DE SOUZA

**INSTITUCIONALIZAÇÃO DOS
PRINCÍPIOS COOPERATIVISTAS: O CASO DA COPAIA**

Projeto de pesquisa apresentado como pré-requisito parcial para aprovação na disciplina de Monografia I do curso de graduação em Ciências Econômicas da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Maria da Silva Carpes

LARANJEIRAS DO SUL

2021

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Souza, Thiago Gonçalves de
INSTITUCIONALIZAÇÃO DOS PRINCÍPIOS COOPERATIVISTAS:
O CASO DA COPAIA / Thiago Gonçalves de Souza. -- 2021.
80 f.

Orientador: Dr. Antônio Maria da Silva Carpes

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de
Bacharelado em Ciências Econômicas, Laranjeiras do
Sul, PR, 2021.

I. , Antônio Maria da Silva Carpes, orient. II.
Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

THIAGO GONÇALVES DE SOUZA

**ANÁLISE DO PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DOS
PRINCÍPIOS COOPERATIVOS:
O CASO DE UMA COOPERATIVA AGRÍCOLA DO ESTADO DO PARANÁ**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito para obtenção do título de bacharel.

Este trabalho foi defendido e aprovado pela banca em 09/07/2021

BANCA EXAMINADORA

(Por Antônio Maria da Silva Carpes, Coordenador de Monografia do Curso de Ciências
Econômicas)



Prof. Dr. Antônio Maria da Silva Carpes – UFFS
Orientador



Prof. M.e Paulo Alexandre Nunes – UFFS
Avaliador



Prof. M.e Yogo Kubiak Canquerino – UFFS
Avaliador

AGRADECIMENTOS

Primeiramente quero agradecer a Deus pela vida que tem me concedido e por tudo que tem permitido a viver. Agradeço a toda minha família, em especial minha mãe Maria e meu pai Jonas que cuidaram e cuidam de mim desde o início de minha vida, e não medem esforços para sempre me proporcionar o melhor, não tenho palavras para descrever o que sinto por vocês pai e mãe; tudo que sou devo a vocês.

Agradeço aqui também de forma especial minha companheira Rose que sempre me incentivou nos estudos e me ajudou em tudo que precisei desde o início, você tem uma grande parcela de contribuição nesta conquista. Agradeço meu filho que de certa forma me deu forças para concluir mais esse ciclo em minha vida.

Ao lembrar do meu filho, quero aqui fazer um agradecimento a meus primos Deise e Samuel que durante todo o período do curso dividiram comigo e com a Rose os cuidados com o Arthur, desde “bebezinho” até hoje com agora sete anos.

Agradeço a minha irmã Fabiana, meu cunhado Cleudemir e minha sobrinha Heloisa, vocês sempre estiveram dispostos a me ajudar neste processo.

Quero aqui fazer um agradecimento muito especial a meu orientador, professor Carpes, que nesse período todo de curso, mas principalmente neste último ano de orientação, que apesar da distância devido a pandemia do Covid-19, o professor se tornou pra mim um “segundo Pai”. Obrigado por tudo professor, por dispor de seu tempo para me orientar, aconselhar, acalmar, cobrar, para mim o professor sempre será um exemplo de ser humano.

Quero agradecer aqui a Universidade Federal da Fronteira, ao grupo de professores que compartilharam seu conhecimento durante o curso e a todos profissionais que de alguma forma contribuíram nesta caminhada.

Agradeço em especial a cooperativa COOPAIA aos membros diretivos, trabalhadores e cooperados que se disponibilizaram e contribuíram para a pesquisa.

Agradeço também ao CEAGRO, que disponibilizou suas estruturas para que tivesse condições de por um período de tempo dar sequência em meus estudos, formação.

Não podia deixar de agradecer aqui a meus colegas de turma que fizeram parte desta caminhada e que vão ficar gravados na memória por todos os momentos vivenciados com vocês, agradeço a todos.

E aos demais, não citados, mas com sua parcela de contribuição na caminhada, o meu muito obrigado a todo.

RESUMO

Os princípios cooperativistas são normas que buscam orientar as organizações cooperativas, os quais são formulados diante da necessidade de estabelecer determinações para direcionar a estrutura e o funcionamento destas organizações. Neste sentido, este trabalho objetiva analisar a institucionalização dos princípios cooperativistas na Cooperativa Agroecológica Ireno Alves - COPAIA, a luz da percepção de seus membros internos (direção e demais trabalhadores) e membros externos (cooperados) em relação aos princípios cooperativos. Quanto aos objetivos, a presente pesquisa é classificada como de caráter exploratório e descritivo, já o procedimento de coleta de dados, a pesquisa enquadra-se como um estudo de caso. Para alcançar os objetivos da pesquisa, com base no estatuto social da cooperativa, foi apresentada a estrutura organizacional da COOPAIA. No intuito de extrair informações acerca do conhecimento e prática dos princípios cooperativistas foram realizados levantamentos junto ao corpo diretivo, trabalhadores e cooperados ativos da COOPAIA, assim permitindo uma maior verticalização em direção a proposta de pesquisa. Neste sentido, foram realizadas entrevistas com membros diretivos (conselhos de administração e fiscal) e trabalhadores. Em relação aos cooperados ativos, foram aplicados questionários com afirmativas a respeito de cada princípio cooperativista, afim de extrair o grau de concordância dos mesmos com as respectivas afirmativas. Os dados extraídos da pesquisa campo permitirão descortinar o ambiente estrutural e corporativo da COOPAIA, na medida em que propiciou desnudar o processo de institucionalização dos princípios cooperativos. Os achados da pesquisa permitem extrair algumas reflexões, se não conclusivas, que sinalizem algumas considerações. Entre os membros diretivos encontrou-se de forma mais clara o conhecimento acerca de determinados princípios, sendo que este conhecimento está ligado à formação e a capacitação de parte dos entrevistados deste grupo. Já entre os membros trabalhadores e os cooperados que participaram da pesquisa, existe necessidade e potencial para avançar o conhecimento a respeito dos princípios cooperativistas. Este fato sinaliza oportunidades de avanço em relação a formação e a capacitação da cooperativa para com seus cooperados e trabalhadores acerca do cooperativismo.

Palavras-chaves: Cooperativismo; Princípios cooperativistas; agricultura familiar

ABSTRACT

Cooperative principles are norms that seek to guide cooperative organizations, which are formulated in view of the need to establish determinations to guide the structure and functioning of these organizations. In this sense, this work aims to analyze the institutionalization of cooperative principles in the Cooperativa Agroecológica Ireno Alves - COPAIA, in the light of the perception of its internal members (management and other workers) and external members (cooperated) in relation to the cooperative principles. As for the objectives, this research is classified as exploratory and descriptive, as the data collection procedure, the research is framed as a case study. To achieve the research objectives, based on the social statute of the cooperative, the organizational structure of COOPAIA was presented, in order to extract information about the knowledge and practice of cooperative principles, surveys were carried out with the governing body, workers and active cooperative members of COOPAIA, thus allowing greater verticalization towards the research proposal. In this sense, interviews were carried out with executive members (administrative and fiscal councils) and workers. As for the active members, questionnaires were applied with statements about each cooperative principle, in order to extract their degree of agreement with the respective statements. In this sense, the data extracted from the field work will unveil the structural and corporative environment of COOPAIA, as it envisages to lay bare the process of institutionalization of the cooperative principles. The research findings allow us to extract some reflections, if not conclusive, that signal some considerations. Among the governing members, the knowledge about certain principles can be found more clearly, and this knowledge is linked to the training and qualification of part of the interviewees in this group. Among the working members and the cooperative members who participated in the research, there is a need and potential to advance knowledge about the cooperative principles. This fact indicates opportunities for improvement in relation to training and training of its members and workers about cooperativism.

Keywords: Cooperatives; Cooperative principles; family agriculture

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Evolução dos Princípios Cooperativistas.....	22
Quadro 2 - Estrutura de coleta de dados.....	33
Quadro 3 - Análise do conteúdo.....	35
Quadro 4 - Livre adesão e voluntária.....	53
Quadro 5 - Gestão Democrática.....	53
Quadro 6 - Participação Econômica.....	54
Quadro 7 - Autonomia e Independência.....	55
Quadro 8 - Educação, Formação e Informação.....	55
Quadro 9 - Interação.....	56
Quadro 10 - Interesse pela Comunidade.....	56

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACI	Aliança Cooperativa Internacional
CONCRAB	Confederação Nacional das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil
COOPAIA	Cooperativa Agroecológica Ireno Alves
COPCAL	Cooperativa de Produção e Comercialização de Alimentos
CPF	Certificado de Pessoa Física
DAP	Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP)
FATES	Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
OCB	Organização das Cooperativas do Brasil
OCEPAR	Organização Cooperativa do estado do Paraná
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PROCERA	Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SEAB	Secretaria da agricultura e Abastecimento
UNICAFES	União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária
UNICATADORES	União Nacional de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis do Brasil
UNICOPAS	União Nacional das Organizações Cooperativistas Solidárias
UNISOL	Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários do Brasil

SUMARIO

1	INTRODUÇÃO	10
1.1	PROBLEMA DE PESQUISA.....	12
1.2	OBJETIVOS.....	15
1.2.1	Objetivo Geral	15
1.2.2	Objetivos Específicos	15
1.3	JUSTIFICATIVA	16
2	REVISÃO DE LITERATURA	17
2.1	SOCIEDADES COOPERATIVAS.....	17
2.2	PRINCÍPIOS COOPERATIVOS.....	20
2.3	TEORIA DA AGÊNCIA E INSTITUCIONAL	26
2.3.1	Teoria da Agência	26
2.3.2	Teoria Institucional	28
3	METODOLOGIA	30
3.1	DELINEAMENTO DAS ETAPAS DA PESQUISA	30
3.2	PROCEDIMENTO DE COLETA DE DADOS.....	31
3.3	PROCEDIMENTO DE ANÁLISE DE DADOS.....	33
4	ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	36
4.1	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA COOPAIA.....	36
4.1.1	Princípios cooperativos e o Estatuto Social	38
4.1.2	Princípios cooperativos: percepção dos membros diretivos	40
4.1.3	Caracterização dos entrevistados: formação e conhecimento a respeito dos princípios cooperativos	40
4.2	PERCEPÇÃO DOS MEMBROS DIRETIVOS EM RELAÇÃO AOS PRINCÍPIOS COOPERATIVOS.....	41
4.3	PRINCÍPIOS COOPERATIVOS: PERCEPÇÃO DOS MEMBROS TRABALHADORES	47

4.4	PRINCÍPIOS COOPERATIVISTAS: PERCEÇÃO DOS COOPERADOS ATIVOS	51
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	57
	REFERÊNCIAS.....	62
	ANEXO I – PROTOCOLO DE PESQUISA.....	66
	ANEXO II - Entrevista aplicada aos trabalhadores.....	68
	ANEXO III - Roteiro de entrevista aplicada aos membros diretivos.....	71
	ANEXO IV - Questionário aplicado aos Cooperados	75

1 INTRODUÇÃO

As práticas de cooperação sempre estiveram presentes ao longo da história da humanidade. No entanto, de acordo com Pinho (1965), somente no século XVIII há relatos de iniciativas cooperativistas, as quais embora não trouxessem claramente nas diretrizes que mais tarde seriam nominadas de princípios cooperativistas, foram denominadas “Pré Cooperativas”. Mesmo com relatos destas experiências, a primeira cooperativa fundada formalmente e com princípios claros e definidos se deu na cidade de Rochdale, Inglaterra, no ano de 1844.

O grande acerto dos pioneiros de Rochdale não foi apenas o início de um movimento cooperativo e a formação de uma organização cooperativa, mas também a formulação de princípios que pudessem direcionar as cooperativas daquela época a atingirem seus objetivos. Princípios esses que foram estabelecidos de forma tão clara que passados mais de um século sofreram poucas alterações e permanecem como guia para as cooperativas atuais (IRION, 1997).

A institucionalização dos princípios cooperativistas por meio da participação de seus cooperados, faz com que haja o fortalecimento da filosofia cooperativista nas organizações. A referida característica constitui o diferencial que há entre as cooperativas e outras formas empresariais (VALADARES, 2003).

Pires (2010) observa que, em mercados com características dinâmicas e exigentes, o cooperativismo cumpre papel fundamental na inserção do pequeno produtor familiar, pois esta forma de organização possibilita os indivíduos compartilharem suas incertezas, responsabilidades e conquistas.

Acrescentam Andrade e Alves (2013) que as organizações cooperativas da agricultura familiar defrontam-se com diversas dificuldades, pois convivem frequentemente com o dever de cumprir sua missão de satisfazer as necessidades de seus cooperados e o dilema de, assim como as demais organizações, atender as exigências de mercado.

Mesmo com princípios claros no que tange à contribuição para o desenvolvimento socioeconômico dos territórios onde estão inseridas, as cooperativas estão envolvidas por um sistema econômico complexo em que seus princípios são colocados a provas frequentemente. Desta forma, conviver com a realidade dos negócios e se manter aderente a seus princípios se torna cada vez mais desafiador para as organizações cooperativas (ANDRADE; ALVES, 2013).

Dado ao ambiente econômico que as cooperativas estão inseridas, o alcance dos objetivos das referidas organizações está vinculado a uma boa gestão e a aplicabilidade dos princípios cooperativos (VALADARES, 2003).

O cooperativismo, envolvido neste ambiente de cooperação, ganha proporções mundiais e por volta de 1891 foi fundada no estado de São Paulo a primeira cooperativa com registros oficial no Brasil (PINHO, 1966). No estado do Paraná, de acordo com os dados da Organização Cooperativa do estado do Paraná (OCEPAR), os primeiros movimentos cooperativos aconteceram em meados 1847 com a chegada de grupos imigrantes (OCEPAR, 2016).

Presentes em 150 países, as organizações cooperativas possuem números expressivos no que se refere a economia global. Segundo dados da Aliança Cooperativa Internacional (ACI), cerca de 3 milhões de cooperativas existentes no mundo possuem 1,2 bilhão de cooperados e são responsáveis por gerar emprego à 10% da população mundial (ACI, 2018).

O crescimento do número de cooperativas e do volume de cooperados em todo o mundo repercutiu na criação de entidades que representassem e regulassem as organizações cooperativas em todos os âmbitos, nacionais e regionais. Em nível mundial foi criada no Aliança Cooperativa Internacional (ACI) no ano de 1895, no Brasil a Organização das Cooperativas do Brasil (OCB) em 1969 e no Estado do Paraná a Organização das Cooperativas do Estado do Paraná (OCEPAR) em 1972 (MENEGÁRIO, 2000).

Ainda, é possível destacar a presença de outros grupos representativos das sociedades cooperativas, como por exemplo a Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários do Brasil (UNISOL Brasil), a Confederação Nacional das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB), A União Nacional de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis do Brasil (UNICATADORES) e a União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES). As referidas organizações estão filiadas a União Nacional das Organizações Cooperativistas Solidárias (UNICOPAS), (UNICOPAS, 2021).

Mesmo apresentando números expressivos, o cooperativismo nacional ainda possui baixa abrangência nos mercados, o que significa, que ainda há grande espaço e oportunidade para desenvolvimento deste setor na economia (OCB, 2019). O crescimento demonstrado pelo setor reflete positivamente no desenvolvimento das regiões onde estas organizações estão inseridas, pois ao se desenvolverem, contribuem para a inserção de outros setores e organizações no mercado (CARNEIRO, 2017).

Inseridas no movimento cooperativo nacional, estão as cooperativas da agricultura familiar e da Economia Solidária. Conforme destaca Carneiro (1997), a agricultura familiar

possui como característica de sua base fundiária a pequena propriedade, em que a gestão da propriedade agrícola e a maior parte da mão-de-obra é realizada pelos próprios membros da família. Em um modelo produtivo cada vez mais dinâmico e competitivo, as cooperativas da agricultura familiar e da Economia Solidária cumprem papel fundamental no fortalecimento produtivo e a inserção dos agricultores familiares no mercado.

Em âmbito nacional são mais de duas mil organizações cooperativas da agricultura familiar e economia solidária, das quais cerca de 700 estão ligadas a UNICAFES, a qual possui uma maior participação (aproximadamente 70%) de cooperativas filiadas (UNICAFES, 2021).

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

As organizações cooperativas são orientadas por princípios cooperativistas, os quais são regulamentados a nível mundial pela Aliança Cooperativa Internacional – ACI e refletidos pelos órgãos reguladores nos países em que existam a formação de sociedades cooperativas. Os princípios cooperativistas são normas que buscam orientar as organizações cooperativas, os quais são formulados diante da necessidade de estabelecer determinações para direcionar a estrutura e o funcionamento destas organizações (OCB, 2019).

Os princípios cooperativistas foram estabelecidos em 1844, com a criação da primeira cooperativa na cidade de Rochdale, Inglaterra, mesmo período em que acontecia a Revolução Industrial. Os mesmos foram evoluindo com o passar do tempo, na perspectiva de ajustar a realidade de cada período. As reformulações e alterações nos princípios cooperativistas ocorreram durante os congressos realizados em Paris, 1937, Viena, 1966 e em Manchester 1995 (ACI, 2015)

Atualmente os princípios cooperativistas totalizam sete: a) Livre adesão e voluntária dos associados; b) Controle democrático dos associados; c) Participação econômica do associado; d) Autonomia e independência; e) Educação, treinamento e informação; f) Intercooperação e g) Preocupação com a comunidade (CARNEIRO, 2017).

De acordo com Carneiro (2019) os princípios cooperativistas possuem grande relevância no desenvolvimento das organizações cooperativistas. Segundo o autor, os mesmos direcionam os objetivos sociais de uma cooperativa, sem que haja abandono com aspectos econômicos e democráticos das mesmas. Desta maneira, as organizações cooperativas, tem

como um de seus objetivos centrais o desenvolvimento regional e dos territórios onde estão inseridas.

Neste sentido, a partir de uma perspectiva de desenvolvimento econômico e social de regiões e territórios menos desenvolvidos, o Governo Federal lançou em 2008 o Programa Territórios da Cidadania. Ao todo o Programa do Governo Federal criou 120 Territórios da Cidadania e alcançou 1.852 municípios (LEITE; DELGADO, 2011).

No estado do Paraná 74 municípios foram inseridos no programa e distribuídos em quatro Territórios da Cidadania: Território Norte Pioneiro com 29 municípios, Território Vale Do Ribeira com 7 municípios, Território Paraná Centro com 18 municípios e Território Cantuquiriguaçu com 20 municípios.

O Território Cantuquiriguaçu, localizado na região Centro Oeste do Paraná, considerada a segunda região menos desenvolvida socioeconomicamente do estado, possui aproximadamente 46% de sua população vivendo no meio rural. A base da estrutura produtiva do território é alicerçada em um modelo produtivo ligado a agricultura familiar (KRAJEVSKI; THEIS, 2017). O desenho geográfico, predominantemente agrícola, oportuniza a presença de sociedades cooperativas no segmento agrícola.

Fatores como a consolidação dos primeiros assentamentos na região e algumas políticas de incentivo à agricultura familiar, como o Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária – PROCERA, Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF e Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, estimularam a criação de cooperativas na região (FRANCIOSI, 2007). Vista como uma forma de Organização capaz de possibilitar o acesso a essas políticas, cooperativas de agricultores familiares e assentados foram constituídas em vários municípios da região (CARVALHO, 2011).

O espaço geográfico do Território Cantuquiriguaçu compreende 20 municípios, dentre os quais destacam-se Pinhão e Rio Bonito do Iguaçu com as maiores populações rurais (IBGE, 2010). O município de Rio Bonito do Iguaçu possui características predominantemente agrícolas, cujo modelo de agricultura familiar ganha destaque no município pelo fato de abrigar em seu território a maior área de assentamentos da América Latina. Concentram-se nas delimitações territoriais do município os assentamentos 10 de maio com 64 famílias assentadas, assentamento Marcos Freire com 578 famílias assentadas e assentamento Ireno Alves dos Santos com 972 famílias assentadas (CARVALHO, 2011).

A partir do surgimento das primeiras políticas públicas específicas para os trabalhadores rurais assentados, no final de década de 1980, a organização dos membros assentados em

sociedades cooperativas passou a ser defendida como fórmula organizativa condicionante para o acesso destes sujeitos aos programas de fomento à produção e comercialização. Na perspectiva de Melo e Scopinho (2018) a referida condicionalidade fere o princípio básico do cooperativismo da adesão voluntária, pois o fato de se organizar em cooperativas ser de certa forma requisito para acesso a determinadas políticas, faz com que este princípios seja colocado em cheque.

As exigências de profissionalização e de estruturação destas organizações cooperativas como requisito de acesso as políticas públicas, não condiz com a realidade dos assentamentos, que muitas vezes não possuem infraestrutura mínima para o trabalho na agricultura. Mesmo as políticas públicas condicionando outras formas organizativas aos assentados, as mesmas não correspondem as demandas concretas dos sujeitos, como a capacitação técnica, melhores condições produtivas e preparo para a inserção no mercado (MELO; SCOPINHO, 2018).

É fundamental compreender os processos pelos quais as organizações se constituem, como as mesmas se modificam e são modificadas por meio de regras, normas e rotinas, as quais definem seu comportamento e as transformam em ferramentas técnicas e de mobilização social. A partir do momento em que as organizações se tornam instrumentos de representação de determinados grupos, as mesmas por meio de pressões e necessidades sociais buscam orientar se por meio da formalização destas regras, normas e rotinas que conduzam o desenvolvimento de suas atividades (ALVES JUNIOR, 2018)

A formalização é o modo mais tradicional de institucionalização, pois por meio dela diversas organizações com origem informal passam a ter mecanismos de controle de suas ações, regulação e segurança jurídica tendo assim aprovação legal para desenvolvimento de suas atividades. A institucionalização consiste no processo pelo qual as organizações passam a ser reconhecidas como instituições (ALVES JUNIOR, 2018).

Para Carneiro (2017), os princípios cooperativistas podem representar este conjunto de normas e regras que orientam as organizações cooperativistas para alcançarem seus objetivos econômicos e sociais. Por tanto a institucionalização destes princípios na gestão destas organizações se torna fundamental ao ponto que este processo contribui diretamente para desenvolvimento das mesma.

No território Cantuquiriguaçu, há 37 organizações de ramo agrícola ligadas ao modelo de agricultura familiar, das quais 16 são associações e 21 cooperativas (SEAD, 2020). A Cooperativa Agroecológica Ireno Alves (COOPAIA), objeto deste estudo foi fundada em 1998, como COOPCAL no Assentamento Terra Livre, município de Nova Laranjeiras-PR. A

COOPAIA retoma suas atividades em 2013, com sede no Assentamento Ireno Alves dos Santos e atuação junto aos assentamentos da região (CARVALHO, 2017).

Partindo desse contexto, a COOPAIA inserida em um ambiente sócio econômico peculiar por abranger uma área de assentamentos, assim como caracterizar seus serviços no âmbito da agricultura familiar, contempla características relevantes e sugestivas para se analisar a institucionalização dos princípios cooperativos.

Frente aos desafios postos às organizações cooperativas, o contexto social e de mercado em que as cooperativas da agricultura familiar estão inseridas e a consolidação dos princípios norteadores do cooperativismo, surge a questão norteadora desta pesquisa: Como ocorre a institucionalização dos princípios cooperativistas na percepção de seus cooperados e membros diretivos?

Investigar achados no ambiente cooperativo sugerido e considerando as percepções de Valadares (2003) de que a participação dos cooperados contribui para a institucionalização dos princípios cooperativistas por meio da participação de seus cooperados, reforça a necessidade da pesquisa à luz da percepções dos sujeitos que atuam diretamente com a cooperativa. Dessa forma, aparece a seguinte questão: Como os membros internos (diretivos e trabalhadores) e externos (cooperados) percebem os princípios cooperativistas na COOPAIA?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar a percepção membros internos (diretivos e trabalhadores) e externos (cooperados) percebem os princípios cooperativistas na COOPAIA

1.2.2 Objetivos Específicos

- a) Descrever a estrutura organizacional da COOPAIA, a partir da proposição estatutária;
- b) Detectar a percepção dos membros diretivos e trabalhadores em relação presença dos princípios cooperativistas da COOPAIA;
- c) Examinar a percepção dos cooperados ativos na COOPAIA em relação a relevância dos princípios cooperativistas.

1.3 JUSTIFICATIVA

De acordo com Vergara (2005), um estudo se justifica ao apresentar contribuições de ordem prática e teórica na área estudada. No âmbito empírico, as contribuições relacionadas a discutir e conhecer em que estágio se encontra a institucionalização dos princípios cooperativistas em um sociedade cooperativa da agricultura familiar. Na perspectiva acadêmica, o estudo embora não possa ser generalizado, os resultados poderão contribuir nas reflexões teóricas sobre os princípios cooperativistas e os reflexos na participação dos cooperados

De acordo com Pinheiro (2008), mesmo apresentando um significativo crescimento e possuir um elevado grau de importância no desenvolvimento nacional, o segmento cooperativo e suas políticas se apresentam ainda desconhecidos por parte da sociedade brasileira.

Mesmo em cooperativas já constituídas e com determinado nível de organização de suas atividades, fatores como baixa participação nas assembleias somadas a baixos níveis de instrução, evidenciam a necessidade de informações sobre essas organizações. As políticas e princípios, principalmente por parte de gestores e cooperados merecem atenção (ANDRADE; ALVES, 2013).

Para Carneiro (2017), o conhecimento e a prática dos princípios cooperativistas é fundamental para que as organizações cooperativas possam contribuir no desenvolvimento dos territórios onde estão inseridas.

A ampliação da cultura de cooperação entre os cooperados é de extrema importância e urgência para o desenvolvimento das organizações cooperativas. Porém, essa ampliação depende diretamente da observância aos princípios cooperativistas da Educação, Formação e Informação, pois a deficiência dos mesmos resultará na baixa participação dos cooperados nas tomadas de decisões das cooperativas (CANÇADO; SOUZA; PERREIRA, 2014).

Desta forma, o desenvolvimento de estudos, análises e ações que contribuam para melhorar a informação e interação entre cooperativa e cooperado, se mostra como alternativa capaz incidir de forma positiva na realidade dessas instituições (ARAUJO; SILVA, 2010).

A presente pesquisa justifica-se no âmbito teórico, na medida em que possibilita somar-se aos estudos já elaborados (CARNEIRO, 2017; CANÇADO, SOUZA, PEREIRA, 2014; ANDRADE, ALVES 2013) acerca dos princípios cooperativistas, quer sejam ampliando a discussão no âmbito teórico ou na eminência de abordar suas práticas no campo empírico.

Do ponto de vista prático, a pesquisa busca contribuir na análise sobre a operacionalização dos princípios cooperativistas. A considerar o modelo de gestão da cooperativa e relevância de que os cooperados tenham assimilado claramente seu papel e a missão da cooperativa, avaliar a participação dos cooperados e gestores da cooperativa possibilitará contribuições que podem suscitar o aprimoramento da gestão no que diz respeito à formação, informação e interação entre cooperativa e cooperado.

Entre os motivos que resultaram na escolha do tema da pesquisa foram o fato de estar inserido no ambiente das cooperativas da região e a abordagem acerca do cooperativismo durante o curso de Ciências Econômicas. A pesquisa contribuirá diretamente no aprofundamento e no aprendizado do pesquisador sobre as organizações cooperativas e os princípios que regem esse segmento.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 SOCIEDADES COOPERATIVAS

Em 1948, no congresso realizado na cidade de Praga, foi estabelecida a primeira definição de sociedade cooperativa, a qual foi reconhecida como uma associação de pessoas criada a luz de princípios cooperativistas com a finalidade de contribuir na melhoria socioeconômica de seus membros (POLONIO, 2004).

Outra de definição de Cooperativa acrescenta que há uma preocupação com o desenvolvimento da própria organização e de seus membros. As organizações cooperativas conectam seus cooperados com o mercado na perspectiva de promoverem vantagens econômicas aos cooperados, por meio do controle de gastos e melhoria da eficiência na produção e distribuição de seus produtos (POLONIO, 2004).

Neste sentido, Ilha et al (2008) trazem a definição de sociedade cooperativa como sendo um segmento de atividades composta por sócios e cada indivíduo busca por meio do coletivo melhorar seus resultados. Desta forma, a contribuição social da cooperativa apresenta-se como um instrumento de valorização do trabalho de seus sócios, os quais buscam no coletivo vantagens individuais.

A Aliança Cooperativista Internacional (ACI) ao referir se às organizações cooperativas, as define como associações autônomas, compostas por pessoas unidas voluntariamente, cujo objetivo está em satisfazer as necessidades e interesses econômicos, sociais e culturais de seus cooperados. As referidas organizações baseiam-se nos valores de ajuda mútua, democracia, igualdade, equidade e solidariedade (ACI, 2016).

As primeiras organizações cooperativas no Brasil surgiram no final do século XIX. Este processo ocorreu estimulado por dois fatores principais, o primeiro em relação a aprovação da constituição republicana de 1891, o qual garantiu a liberdade de associação a estas organizações, e o segundo ligado aos grandes problemas enfrentados no período final do império e início da república do Brasil (PINHO, 1982).

As organizações cooperativas brasileiras são caracterizadas como organizações com fins econômicos, mas sem finalidades lucrativas, nas quais os sócios aderem às mesmas de forma voluntária e todos têm direito ao voto, independentemente do tamanho ou ramo de atuação da cooperativa (CARVALHO; BIALOSKORSKI NETO, 2008).

Nacionalmente, as organizações cooperativas são representadas pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB). Constituída em 2 de dezembro de 1969, a OCB é considerada como sociedade civil e sem finalidade lucrativa. No Brasil, até o ano de 2018, as organizações cooperativas estavam divididas em 13 ramos da economia, sendo eles: Agropecuário,

Educacional, Crédito, Saúde, Infraestrutura, Habitacional, Transporte, Turismo e lazer, Produção, Especial, Mineral, Consumo, Trabalho (CARNEIRO, 2017).

Na perspectiva de fortalecer os ramos cooperativos, a OCB em 2018 efetuou um processo de reorganização e resinificou os referidos ramos. Como resultado do referido processo, os ramos foram alocados em sete: Agropecuário, consumo, crédito, infraestrutura, trabalho, saúde e transporte (OCB, 2019)

Segundo alguns dados disponibilizados pela OCB, de 2014 a 2018 o número de pessoas que se associaram a uma organização cooperativa cresceu 62%, período em que os empregos gerados obtiveram aumento de aproximadamente 43%. Enquanto a população ocupada no Brasil apresentou queda, o cooperativismo teve para o mesmo período, crescimento próximo a 17,8% nas contratações de novos trabalhadores (OCB, 2019).

As organizações cooperativas do ramo agropecuário estão entre as que mais se destacam no ambiente cooperativo. O ramo agropecuário é composto pela união de produtores, agricultores, pecuaristas, pescadores e extrativistas que buscam obter maiores resultados em suas transações, seja no fornecimento de insumos, armazenagem, processamento ou na comercialização. Na qualidade de sócios das cooperativas agropecuárias, estes grupos de cooperados podem contar com assistência técnica e fomento à tecnologia, o que propicia melhorias de sua posição frente ao mercado (OCB, 2019).

Inseridas neste ramo, encontram-se as organizações cooperativas ligadas ao modelo de agricultura familiar e a economia solidária. As mesmas caracterizam-se por serem formadas por agricultores possuidores de propriedades com estruturas fundiárias consideradas pequenas, nas quais os membros da família são responsáveis por desenvolver a gestão e fornecer a mão de obra demandada pela propriedade. As organizações cooperativas, associações e os grupos sociais reunidos formam redes solidárias a fim de cooperar entre si e autogestionar suas atividades produtivas com o propósito de inserir seus produtos no mercado (CARNEIRO, 1997).

No Brasil, em 2018 as organizações cooperativas do ramo agropecuário somavam 1613 cooperativas, cuja representatividade era de 23% do número total de instituições cooperativas nacionais. A soma de emprego neste setor teve uma variação de 5,6% em relação ao ano anterior e alcançou a marca de aproximadamente 210.000 empregados, representando cerca de 49% do total de empregos das organizações cooperativas do país (OCB, 2019).

As organizações cooperativas do ramo agropecuário, estão presentes em todas regiões do país, cujo espaço territorial é predominantemente agrícola. A região sul se destaca ao possuir

o maior número de cooperados, chegando ao redor de 562.000 associados, números de 2018. Outro destaque, diz respeito à empregabilidade, haja vista que as sociedades cooperativas do ramo agropecuário são as que mais empregam, alcançando a marca de aproximadamente 160.000 no ano de 2018 (OCB,2019).

As cooperativas ligadas a agricultura familiar e a economia solidária estão presentes em todas regiões do país e somam cerca de duas mil organizações, sendo a região sul a que apresenta maior número, com aproximadamente 606 organizações cooperativas ligadas a este modelo (IPEA, 2016)

Localizado na região sul, o estado do Paraná em 2018 contabilizava 61 organizações cooperativas do ramo agropecuário e representava 26% do total do segmento na região sul. O Estado contemplava um número próximo a 171.000 cooperados, correspondendo aproximadamente a 30% do total de cooperados do ramo agropecuário entre os três estados da região sul do país. Em relação ao número de empregos as cooperativas do ramo agropecuário do estado do Paraná fechou 2018 com 82.421 postos de empregos, alcançando 52% do total do número de empregados no ramo agropecuário da região sul neste período (OCEPAR, 2019). Dados da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento (SEAB) do Paraná, informam que o estado do Paraná contava com 156 Organizações cooperativas ligadas a Agricultura familiar, no ano de 2018 (SEAB, 2018).

2.2 PRINCÍPIOS COOPERATIVOS

Com o registro formal da primeira organização cooperativa fundada em 1844 na cidade de Rochdale, Inglaterra, foram estabelecidos princípios que constituem as doutrinas cooperativistas. Os princípios cooperativistas foram estabelecidos com o objetivo de direcionar as organizações cooperativas no desenvolvimento de suas atividades, tomadas de decisões e na efetivação dos objetivos sociais e econômicos das mesmas (CARNEIRO, 2017).

Os princípios do cooperativismo são as linhas orientadoras pelas quais as cooperativas levam à prática os seus valores. Os mesmo servem como suporte para que estas organizações alcancem seus objetivos sociais e econômicos (CARNEIRO,2017)

De acordo com Cançado e Gontijo (2004) com o passar do tempo os princípios cooperativos foram sendo reformulados, no intuito de melhor se adequarem às mudanças ocorridas na sociedade, porém os mesmos não perderam a essência vinda desde a formulação em Rochdale.

As primeiras alterações dos princípios cooperativistas, desde sua origem, começaram a serem debatidos em 1930 no Congresso da Aliança Cooperativa Internacional (ACI) em Viena, Áustria. Somente no Congresso da Aliança Cooperativa Internacional realizado em Paris, na França, no ano de 1937, que a ACI anunciou as mudanças dos princípios que deveriam ser seguidos por todas as organizações cooperativas (MENEGÁRIO, 2000).

Em 1966, em um novo Congresso da ACI, realizada em Viena, Áustria, ocorreram novas alterações nos princípios cooperativistas. A última alteração foi realizada no Congresso ACI realizado na cidade de Manchester, Inglaterra no ano de 1995, as quais resultaram nos princípios que vigoram atualmente (MENEGÁRIO, 2000). O Quadro 01 é apresentado de forma sintetizada a evolução dos princípios cooperativistas desde sua origem até a última alteração realizada.

Quadro 1 - Evolução dos Princípios Cooperativistas.

Rochdale (1844) (Primeira Cooperativa)	Congressos da Aliança Cooperativa Internacional (ACI)		
	Paris (1937)	Viena (1966)	Manchester (1995) (Última atualização)

1) Adesão livre	1) Adesão livre	1) Adesão livre	1) Adesão livre e voluntária
2) Gestão democrática	2) Gestão democrática	2) Gestão democrática	2) Controle democrático pelos sócios
3) Limitações dos juros sobre o capital	3) Limitações dos juros sobre o capital	3) Limitações dos juros sobre o capital	3) Independência e autonomia das cooperativas
4) Retorno proporcional das sobras	4) Neutralidade política e Racial	4) Retorno proporcional das sobras	4) Participação econômica dos sócios
5) Governo da sociedade estabelecido mediante eleição	5) Transações a dinheiro	5) Neutralidade política, religiosa e racial	5) Preocupação com a comunidade
6) Vendas efetuadas a dinheiro	6) Desenvolvimento da educação	6) Educação cooperativa permanente	6) Educação, treinamento e formação
		7) Cooperação entre cooperativas	7) Cooperação entre cooperativas

Fonte: elaborado pelo autor (adaptado de CARNEIRO,2017)

Em 1844 e 1937 a discussão maior se deu em torno do princípio que abordava relações com dinheiro, haja vista que as transações eram somente a vista.

Outro princípio que suscitou debates, deu-se em torno da neutralidade política, religiosa e racial, que trouxe a inclusão, em 1966, do termo “social”, para que fortalecesse os valores de extinção de quaisquer preconceito.

Em 1995, foi acrescentado as princípios cooperativista o interesse pela comunidade, que busca transmitir a mensagem que além do desenvolvimento da cooperativa, a mesma tem o dever de contribuir no desenvolvimento da comunidade onde está inserida (CARNEIRO, 2017)

Nota-se (quadro 01) que os princípios como adesão livre, gestão democrática, educação cooperativista sempre foram mantidos, sendo estes fundamentais para caracterizar as organizações cooperativas (CARNEIRO, 2017)

No ano de 2015, a Aliança Cooperativa Internacional (ACI) lançou um guia com diretrizes para as organizações cooperativas aderirem aos princípios cooperativistas em suas tomadas de decisão e nos processos de gestão (CARNEIRO, 2017). O documento elaborado pela ACI, denominado “Guia para as cooperativas dos princípios cooperativistas”, aborda os sete princípios atualmente estabelecidos às organizações cooperativas (CARNEIRO, 2017).

O primeiro princípio intitula-se adesão livre e voluntária dos associados, cuja definição traz que:

As cooperativas são organizações voluntárias, aberta a todas as pessoas capazes de utilizar os seus serviços e dispostas a aceitar as responsabilidades como sócios, sem discriminação de gênero, social, racial, política ou religiosa (ACI, 2015).

O primeiro princípio trata as organizações cooperativas como voluntárias, pois as mesmas não devem obrigar nenhum associado a participar de suas atividades e nem estabelecer restrições para a adesão, a qual deve ser aberta a qualquer pessoa, física ou jurídica sem qualquer forma de discriminação social, racial, de gênero, política ou religiosa. O processo de adesão a cooperativas dá ao cooperado direito a voto e a participar das decisões da cooperativa (CARNEIRO, 2017).

Outro princípio estabelecido intitula-se controle democrático dos associados, cujo definição expressa que:

As cooperativas são organizações democráticas controladas pelos seus membros os quais participam ativamente na definição das suas políticas e na tomada de decisões. Homens e mulheres eleitos assumem como representantes e são responsáveis por todos os membros (ACI, 2015).

Esse princípio relaciona-se a gestão democrática das organizações cooperativas e garante aos membros o direito de participarem dos espaços de aprovação e decisões da cooperativa, além de assegurar que os representantes eleitos nos conselhos ou comitês prestem contas e ajam dentro dos princípios da democracia e representatividade. Ao observar o referido princípio, a cooperativa busca estabelecer uma cultura que acolhe e incentiva o debate, assim como encoraja os membros a serem mais participativos, ativos no desenvolvimento da cooperativa (CARNEIRO, 2017).

Um terceiro princípio denomina-se participação econômica do associado, o qual está associado aos membros e expressa que:

Os membros contribuem de forma equitativa e controlam democraticamente o capital de suas cooperativas. Parte desse capital é geralmente propriedade comum da cooperativa. Os membros atribuem as sobras para o desenvolvimento da cooperativa; retorno aos membros na proporção de suas transações com as cooperativas e apoio a outras atividades que forem aprovadas pelos membros (ACI, 2015).

Este princípio aborda o investimento de capital pelo cooperado que é considerado um “capital em comum” investido para melhoria dos bens, serviços ou empregos necessários. Os cooperados decidem como alocar as sobras. A essência desse princípio é que o capital aumenta de forma que seja compatível com a natureza democrática de uma cooperativa e que prevaleça o equilíbrio entre o peso relativo do capital de membro e do capital externo. Dessa forma, pretende-se vigiar e mitigar uma demasiada dependência do capital externo na composição societária, o que promoveria uma perda de autonomia, independência e controle democrático (CARNEIRO, 2017).

O quarto princípio é chamado de autonomia e independência, o qual prescreve:

As cooperativas são organizações autônomas para ajuda mútua, controladas por seus membros. Se, entrarem em acordos com outras organizações, incluindo os governos, ou levantarem capital de fontes externas, elas devem fazê-lo em condições que garantam o controle democrático de seus membros e mantenham sua autonomia cooperativa (ACI, 2015).

As cooperativas são organizações com liberdade em estabelecer suas próprias regras e formas de operação. O referido princípio tem como missão estimular a manutenção da autonomia e independência da cooperativa. Desta forma esse princípio está ligado a preocupação que as organizações devem ter ao estabelecer relações com outras entidades sejam elas governos, bancos, entidades comerciais ou até mesmo outras cooperativas, para não comprometer a autonomia e independência das mesmas. Portanto, é fundamental que a cooperativas estejam alicerçadas em uma boa governança e gestão, somadas a preservação de normas e estatutos fortes e eficientes (CARNEIRO, 2017).

Um quinto princípio, intitulado de educação, treinamento e informação, está associado a capacitação de seus membros. O referido princípio traz que:

As cooperativas promovem educação e formação para seus membros, representantes eleitos, gerentes e funcionários para que eles possam contribuir efetivamente para o desenvolvimento de suas cooperativas. Eles deverão informar o público em geral - especialmente os jovens e os líderes de opinião - sobre a natureza e os benefícios da cooperação (ACI, 2015).

Com o objetivo de contribuir no desenvolvimento das organizações cooperativas, esse princípio se atém na promoção da educação e a formação dos seus cooperados e colaboradores, na expectativa que compreendam e exerçam a natureza, os princípios e os valores cooperativistas. Nessa perspectiva, é fundamental a educação de jovens em geral, como forma de inspirar gerações futuras. A informação, referida neste princípio, reafirma a necessidade dos cooperados e colaboradores das cooperativas terem acesso a informações sobre a organização que participa e dessa forma participarem e contribuirão de forma mais efetiva nos espaços de decisões da cooperativa. Este princípio é essencial para uma boa governança da cooperativa, pois é por intermédio de uma boa educação, formação e conhecimento a respeito de informações sobre a gestão que os cooperados compreendem a importância de adesão a normas e boas práticas de gestão, para então aplicá-las (CARNEIRO, 2017).

Outro, importante princípio, trata da Intercooperação. O referido princípio observar que na intercooperação:

As cooperativas atendem mais efetivamente seus membros e reforçam o movimento cooperativo trabalhando em conjunto através de estruturas locais, nacionais, regionais e internacionais (ACI, 2015).

Ao reforçar a importância da cooperação entre cooperativas, este princípio reconhece que esta prática contribui para que essas organizações alcancem outros estágios, como economias de escala e representações mais fortes. O referido princípio afirma que as organizações cooperativas ao somarem forças, contribuem entre si para alcançar objetivos em comum e superar desafios encontrados no desenvolvimento de suas atividades (CARNEIRO, 2017).

O sétimo princípio está vinculado ao meio social em que a cooperativa está inserida. O referido princípio intitula-se preocupação com a comunidade e expressa que:

As cooperativas trabalham para o desenvolvimento sustentável de suas comunidades através de políticas aprovadas por seus membros (ACI, 2015).

A responsabilidade social das organizações cooperativas aborda a preocupação que as cooperativas devem ter com a comunidade e os indivíduos inseridos nela. A prática do referido princípio está diretamente ligada ao desenvolvimento sustentável da comunidade através dos benefícios econômicos, sociais e culturais. As organizações cooperativas, devem manter o desenvolvimento sustentável como horizonte de atuação, como forma de atender às aspirações da comunidade e as necessidades sociais (CARNEIRO, 2017).

2.3 TEORIA DA AGÊNCIA E INSTITUCIONAL

As teorias permitem embasar e contribuir a discussão dos resultados de determinada pesquisa científica. No presente estudo, duas teorias podem trazer luz para compreensão dos resultados extraídos da pesquisa. A seguir, apresenta-se as teoria da Agência e Teoria Institucional.

2.3.1 Teoria da Agência

A teoria da agência baseia-se na relação entre agente e principal. Essa relação surge quando a parte considerada agente concorda em atuar em prol do interesse da parte denominada principal. A partir do momento em que um indivíduo depende da ação do outro aquele que realiza a ação é chamado de agente e o afetado por esta ação é denominado principal (MENEGARIO, 2010).

A relação existente entre agente e principal pode ser definida como um contrato em que uma parte incube outra a desenvolver algo de seu interesse, o que demanda da parte principal dar autoridade para o agente na tomada de decisões (JUNIOR, 2018).

Os principais problemas resultantes da relação principal e agente, se dá ao passo em que o interesse de ambos se torna conflitante ou quando as informações disponíveis são significativamente diferentes entre as partes, constituindo-se assim a chamada assimetria de informação (JUNIOR, 2018)

Não há garantias que o agente sempre tome decisões ótimas para o principal, ao passo que é possível a presença de divergência entre a decisão tomada pelo agente e aquela de preferência do principal. A redução do bem estar do principal, deve ser considerada como um dos custos resultantes da relação agente e principal, os quais são denominados custos de agenciamento. Os referidos custos englobam os custos de estruturação, monitoramento e o cumprimento de contratos existentes entre as partes com interesses conflitantes, além de custos relacionados (CORREIA; AMARAL, 2006).

As definições dos custos, abordados na teoria da agência sobre a relação agente e principal, evidencia questões chaves como o oportunismo e monitoramento, tal como a separação entre propriedade e controle (JUNIOR, 2018).

Em determinados segmentos empresariais, propriedade e controle são tratados separadamente, pois os direitos aos lucros ou sobras não são transferidos ou dispersos como no caso das cooperativas (MENEGÁRIO, 2010).

Ao analisar a gestão de cooperativas, sob a ótica da teoria da agência, nota-se que ao haver separação entre propriedade e controle, possibilita a redução de comportamentos oportunistas. Quando as cooperativas adotam medidas de especialização dos responsáveis por tomadas de decisões, ou ainda busca por fazer a separação entre propriedade e controle, posiciona a organização mais próxima de sua eficiência e do alcance de resultados (MENEGÁRIO, 2010).

Os problemas resultantes da relação entre agente e principal podem ser classificados em dois tipos principais: seleção adversa e risco moral. O primeiro, acontece na medida em que o agente faz observações e as utiliza nas tomadas de decisões, quando estas não são de conhecimento do principal. O problema consiste no fato de o principal não ter a possibilidade de confirmar se o agente está utilizando a informação adquirida em favor de seus interesses (JUNIOR, 2018).

O risco moral está relacionado às decisões do agente, representado a partir do seu esforço. O referido esforço é considerado de alto valor para o principal pois aumenta a probabilidade de se obter resultado esperado. A existência do risco moral está associada ao fato de que o agente toma decisões que afetam sua própria utilidade e a do principal. Ainda, a decisão do agente tomada espontaneamente tende a não ser ótima para uma das partes envolvida na relação (MENEGÁRIO, 2010).

Ao principal restam duas alternativas centrais, manter um constante e eficiente monitoramento das ações do agente e buscar influenciar o agente a escolher decisões que condicione ao resultado. O desafio de manter esta segunda possibilidade nas organizações cooperativas está no fato de que o objetivo central dessas organizações é a prestação de serviços aos cooperados, sendo difícil a mensuração deste objetivo. Sendo assim, resta ao principal concentrar seus esforços no monitoramento das atividades do agente (JUNIOR, 2018).

Ao se apresentar como uma das possibilidades para conduzir o agente sob o interesse do principal, o monitoramento ganha significância na medida em que os esforços do agente e suas ações influenciam diretamente no resultado da organização cooperativa (JUNIOR, 2018).

2.3.2 Teoria Institucional

A teoria institucional apresenta as instituições como representantes de uma ordem ou padrão social que atingiu uma determinada legitimação ou propriedade. A mesma busca compreender as formas da estrutura social com ampla abrangência, além de sua tendência a resiliência. Ao longo da história a teoria trilhou caminhos sinuosos, nos quais rupturas compuseram uma visão consistente e segue capacitada a fornecer compreensões fundamentais para explicar fenômenos sociais em diferentes contextos históricos (JUNIOR, 2018).

Na visão de Junior (2018), as Instituições se originam das interações sociais e são estruturas com características regulativas, normativas e cognitivas que proporciona um comportamento social de estabilidade, significância e unidade. As instituições norteiam os comportamentos sociais ao ajustarem os aspectos cognitivos e significados que os atores disponibilizam para compreender o comportamento de outros atores em uma determinada situação social.

Ao abordar o comportamento dos agentes sociais, a relação existente entre ação e estrutura, se torna fundamental para compreender as mudanças institucionais e como as regras, os padrões de comportamento e as mudanças de valores dentro de um contexto. Ainda, Junior (2018) esclarece que as mudanças estruturais ocorrem em momentos de crises institucionais, em que o componente da agência é fundamental para explicar tais mudanças. O papel de determinados agentes é determinante para traçar estratégias, mobilizar cooperação e alterar uma instituição. Estes agentes, em determinadas situações possibilitam a antecipação de crises e a busca por alternativas.

Conforme a abordagem de Baggio (2019), as organizações tendem a adaptar suas estruturas e procedimentos ao contexto no qual estão inseridas, pois buscam alcançar a legitimidade de suas ações. Esse processo faz com que as mesmas ampliem o grau de semelhança no ambiente organizacional, definido dentro da teoria institucional como isomorfismo.

Segundo Baggio, (2019) o isomorfismo se apresenta de três formas: coercitivo, mimético e normativo. O Isomorfismo Coercitivo tem origem nas pressões formais e informais exercidas sobre organizações por outras organizações das quais possuem alguma dependência e por meio de expectativas das sociedades em que atuam. O Isomorfismo Mimético ocorre quando o ambiente cria determinadas incertezas, direcionando as organizações assemelhar-se com outras, nesse caso a incerteza se torna incentivo principal a imitação. Já o Isomorfismo

Normativo, busca orientar-se por normas estabelecidas e baseadas na profissionalização, educação formal e na definição de métodos de trabalho.

No ambiente organizacional com tendências isomórficas, o estado se apresenta como fonte essencial de recursos e de poder coercitivo, impondo constantemente estruturas e procedimentos padronizados às organizações, funcionando assim como uma fonte de isomorfismo expressiva (BAGGIO, 2019).

De forma geral a teoria institucional aborda as fases e formas que moldam as organizações, inicialmente tangenciando as mudanças ocorridas nas organizações em vários aspectos de seu comportamento e estrutura. Posteriormente, as organizações tendem a amenizar a competição entre si e tornam-se homogêneas, podendo resultar negativamente no seu desempenho. Entretanto, podem novamente iniciar um novo ciclo institucional (BAGGIO, 2019).

3 METODOLOGIA

De acordo com Gil (2008) método pode ser definido como o caminho a ser seguido para se chegar a determinado fim. Para o autor existem vários métodos e diversas classificações podem ser adotadas. Para Marconi e Lakatos (2003) o método é um conjunto de ações adotadas de modo racional e sistemático, em direção a um propósito. A seguir é apresentada a trajetória metodológica traçada para a realização da pesquisa.

3.1 DELINEAMENTO DAS ETAPAS DA PESQUISA

Conforme Gil (2002) o delineamento da pesquisa envolve a compilação e análise dos dados, considerando todas as variáveis envolvidas nesse procedimento.

Quanto aos objetivos, a presente pesquisa é classificada como de caráter exploratório e descritivo. Na perspectiva de Gil (2002), a pesquisa exploratória busca trazer mais familiaridade com o objeto a ser pesquisado. Já, a pesquisa com caráter descritivo tem como finalidade revelar as características de um grupo específico (GIL, 2002).

Quanto ao procedimento de coleta de dados, a pesquisa enquadra-se como um estudo de caso, o qual caracteriza-se pelo aprofundamento no processo de pesquisa e consequentemente ampliar o conhecimento a respeito do objeto pesquisado (GIL, 2012).

Para alcançar os objetivos da pesquisa foram realizados levantamentos junto ao corpo diretivo, trabalhadores e cooperados da COOPAIA, no intuito de extrair informações acerca do conhecimento e prática dos princípios cooperativistas, assim permitindo uma maior verticalização em direção a proposta de pesquisa. No mesmo sentido, os dados extraídos do trabalho de campo irão descortinar o ambiente estrutural e corporativo da COOPAIA, na medida em que vislumbra desnudar o processo de institucionalização dos princípios cooperativos. Dessa forma foram categorizadas três dimensões que compreendem a estrutura organizacional da COOPAIA: cooperados; corpo diretivo; e trabalhadores. Desse modo, as conclusões a respeito do estudo foram extraídas a partir da aplicação de um plano de trabalho (protocolo de pesquisa) previamente organizado e por meio da triangulação entre os dados coletados, a teoria que sustenta as discussões teóricas e as evidências retratadas a partir das diferentes inserções no campo de estudo.

Quanto ao método de investigação a abordagem é predominantemente qualitativa, pois analisa e interpreta a realidade de uma organização cooperativa, propiciando ao final descrever e analisar a institucionalização dos princípios cooperativistas no caso estudado.

Na pesquisa qualitativa, o pesquisador se posiciona e traz valores pessoais para o estudo, momento em que observa o contexto e ambiente em que estão inseridos os participantes e realiza a interpretação dos resultados da pesquisa (CRESWELL,2007).

Nesse sentido, pretende-se posicionar-se criticamente diante dos resultados extraídos, sempre vigilante para mitigar possíveis riscos de subjetividade nas análises. Ademais, foca em interpretar e validar os resultados com maior grau de precisão, embora não seja possível generalizações de seus resultados, ou seja, as características do estágio em que se encontra a institucionalização dos princípios cooperativos só cabe a COOPAIA (CRESWELL,2007).

3.2 PROCEDIMENTO DE COLETA DE DADOS

Para alcançar o propósito das pesquisas com abordagem qualitativa, a interpretação e a compreensão do contexto e os significados dos dados coletados se tornam fundamentais. Na pesquisa qualitativa, nos processos de coleta e análise de dados é fundamental a observação, organização e análise desses dados, a fim de proporcionar confiabilidade a pesquisa. (TRIVIÑOS 1987).

O instrumento de coleta de dados utilizado baseou-se estudos de Baggio (2019) e Carneiro (2017). A coleta de dados se deu por meio de entrevistas semiestruturadas. As entrevistas (ANEXO I) foram aplicadas entre os membros diretivos e trabalhadores da cooperativa. As entrevistas são essenciais e trazem as evidências necessárias para o estudo de caso (YIN, 2001). As mesmas foram aplicadas no período compreendido entre dezembro 2020 e Janeiro 2021.

Outro instrumento de coleta de dados utilizado foi o questionário (ANEXO II), o qual compunha questões fechadas e de múltipla escolha. Os dados coletados trazem informações a respeito da percepção dos cooperados quanto aos princípios cooperativos. Os questionários forma aplicados via correio eletrônico e por entrega física, durante o período de coleta. Na entrega física observou-se os protocolos de saúde e cuidados necessários, para que as orientações da Organização Mundial de Saúde fossem respeitadas.

A estrutura organizativa da cooperativa estudada é construída sob a inter-relação existente entre o corpo diretivo, trabalhadores e membros da cooperativa. Esta relação existente

entre essas três dimensões da cooperativa é norteadas pelo estatuto social da cooperativas e das decisões e encaminhamentos votados em assembleia. Desse modo, no procedimento de coleta de dados utilizar-se-á da pesquisa documental, a partir da análise do estatuto social (BAGGIO,2019; CARNEIRO, 2017).

O Quadro 2 apresenta o constructo do levantamento de dados da pesquisa.

Quadro 2 - Estrutura de coleta de dados.

Dimensão	Estrutura	Instrumento de coleta	Como medir	Como Analisar	Referência
Corpo diretivo	Presidente Tesoureiro Secretário	Roteiro de entrevista semi estruturada	Averiguar a percepção da direção da cooperativa acerca dos princípios cooperativos – Analise do conteúdo das entrevistas (gravação)	Análise de Conteúdo	CARNEIRO (2017) BARDIN (1977)
Trabalhadores	Administrativo Motorista Vendedor Técnico de Produção	Roteiro de entrevista semi estruturada	Averiguar a percepção dos colaboradores cooperativa acerca dos princípios cooperativos – Análise do conteúdo das entrevistas (gravação)	Análise de Conteúdo	CARNEIRO (2017) BARDIN (1977)
Cooperados	Membros associados	Questionário	Averiguar a percepção dos associados da cooperativa acerca dos princípios cooperativos – Escala Likert 6 pontos	Análise Likert	BAGGIO (2017)
Documentos	Estatuto Social	Pesquisa documental	Verificar a relação das decisões tomadas pela cooperativa frente aos princípios cooperativos - Analisar o conteúdo dos textos	Análise de Conteúdo e relacionar com a proposição dos princípios cooperativos	BAGGIO (2019) BARDIN (1977)
Observação	Reuniões com os membros participantes da	Visitas previamente agendadas	Identificar percepções	Análise dos relatos e	

	pesquisa e visitas a COOPAIA		durante as entrevistas	gravações extraídas	
--	---------------------------------	--	---------------------------	------------------------	--

Fonte: Elaborado pelo autor

Na dimensão corpo diretivo e trabalhadores, buscou-se informações a respeito da percepção dos membros internos, ou seja, que atuam na rotina diária da estrutura laborativa acerca dos princípios cooperativos. Externamente, investigou-se junto aos cooperados, a sua familiaridade com os princípios cooperativos, partindo-se da perspectiva de que os princípios regem as relações cooperativas.

No decorrer do processo de pesquisa o estudo se valerá ainda da técnica de observação. A técnica de observação é um elemento básico de investigação científica, utilizado na pesquisa de campo, ajuda o pesquisador a identificar e a obter provas a respeito de objetivos sobre os quais os indivíduos não têm consciência, mas que orientam seu comportamento (MARCONI; LAKATOS 2003). Assim, serão planejadas e programadas observações em espaços de reuniões diretas.

Para a construção dos instrumentos de coleta de dados, os princípios cooperativos, baseados Aliança Cooperativa Internacional (ACI), foram transcritos em tópicos e elaboradas questões norteadoras alinhadas a cada princípio para compor o roteiro de entrevista (ANEXO 01).

3.3 PROCEDIMENTO DE ANÁLISE DE DADOS

Os dados obtidos com a pesquisa serão analisados mediante a técnica de análise de conteúdo, a qual busca identificar o que está sendo dito sobre determinado tema. A análise de conteúdo possui três fases: Pré análise, se refere a decisão de procedimentos a serem seguidos; exploração do material, ou seja, a aplicação dos procedimentos; e a interpretação que permite confirmar ou não as suposições (VERGARA,2005). Esta técnica tem como objetivo identificar temas principais presentes nas diversas respostas obtidas, fazendo um recorte das informações importantes para alcançar o objetivo da pesquisa e agrupa as mesmas por categorias. Neste processo entra a inferência e observação do pesquisador. A técnica de análise de conteúdo temático é um recorte transversal, que utiliza-se de critérios estabelecidos pelo pesquisador. Neste processo não se têm em conta a forma de organização, mas sim a frequência em que os temas recortados do conjunto das entrevistas se apresentam, considerados como dados segmentáveis e comparáveis (BARDIN, 1977).

Neste caso, o critério estabelecido para realizar a análise temática do conteúdo extraído das entrevistas, será por meio da caracterização do conhecimento dos membros diretivos e trabalhadores, acerca dos princípios cooperativistas. A seguir o quadro 03 apresenta a representação da categorização e dos termos que serão utilizados na análise.

Quadro 3 - Análise do conteúdo

Categorias	Termos	Explicação da categoria
LIVRE ADESÃO E VOLUNTÁRIA	<ol style="list-style-type: none"> 1. Critérios de ingresso 2. Liberdade de Expressão 3. Ingresso voluntário 4. Oportunidades iguais 	A sociedade cooperativa é uma organização que permite o ingresso voluntário de qualquer indivíduo, sem quaisquer discriminações (ACI, 2015).
GESTÃO DEMOCRÁTICA	<ol style="list-style-type: none"> 1. Democracia 2. Controle dos membros 3. Participação ativa 	As cooperativas são organizações democráticas, controladas pelos seus membros, que participam ativamente na formulação das suas políticas e na tomada de decisões (ACI, 2015).
PARTICIPAÇÃO ECONÔMICA DO ASSOCIADO	<ol style="list-style-type: none"> 1. Contribuição para o capital da cooperativa 2. Controle democrático do capital 	Os membros contribuem equitativamente para o capital das suas cooperativas e controlam-no democraticamente. Parte desse capital é, normalmente, propriedade comum da cooperativa. Os membros recebem, habitualmente, se houver, uma remuneração limitada ao capital integralizado, como condição de sua adesão. Os membros destinam os excedentes a uma ou mais das seguintes finalidades: Desenvolvimento das suas cooperativas, eventualmente através da criação de reservas, parte das quais, pelo menos, será indivisível; Benefícios aos membros na proporção das suas transações com a cooperativa; Apoio a outras atividades aprovadas pelos membros (ACI, 2015).
AUTONOMIA E INDEPENDÊNCIA	<ol style="list-style-type: none"> 1. Autonomia 2. Controle dos membros 	As cooperativas são organizações autônomas, de ajuda mútua, controladas pelos seus membros. Se firmarem acordos com outras organizações, incluindo instituições públicas, ou recorrerem a capital externo, devem fazê-lo em condições que assegurem o controle democrático pelos seus membros e mantenham a autonomia da cooperativa (ACI, 2015).

EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO INFORMAÇÃO	E 1. Promoção da educação e formação 2. Informação ao público em geral.	As cooperativas promovem a educação e a formação de seus membros, dos representantes eleitos e dos trabalhadores, de forma que estes possam contribuir, eficazmente, para o desenvolvimento de suas cooperativas. Informam o público em geral, particularmente os jovens e os líderes de opinião, sobre a natureza e as vantagens da cooperação (ACI, 2015).
INTERCOOPERAÇÃO	1. Cooperação entre cooperativas	As cooperativas servem de forma mais eficaz aos seus membros e dão mais força ao movimento cooperativo, trabalhando em conjunto, através das estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais (ACI, 2015).
PREOCUPAÇÃO COM A COMUNIDADE	1. Desenvolvimento das comunidades	As cooperativas trabalham para o desenvolvimento sustentável das suas comunidades, através de políticas aprovadas pelos membros (ACI, 2015).

Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

As categorias apresentadas referem-se aos princípios cooperativos que norteiam uma sociedade cooperativa. Já, os termos irão ser identificados a partir das entrevistas realizadas. Cada termo poderá ser identificado literalmente, ou dentro de seu significado (QUADRO 03).

Em relação a análise de dados com os membros cooperados, o instrumento escolhido foi a escala *likert* de 6 pontos. Dessa forma, as respostas serão analisadas primeiramente, identificando-se a concordância ou discordância do respondente, quanto a afirmação apresentada. Na sequência, será verificado o nível de discordância (respostas entre 1 e 3) e concordância (respostas entre 4 e 6).

Na análise do documental o conteúdo dos referidos documentos serão analisados a partir da identificação de termos associados aos princípios cooperativos, conforme consta no Quadro 3

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA COOPAIA

A seguir descreve-se elementos que caracterizam a estrutura organizacional da sociedade cooperativa COOPAIA. As fontes que referenciaram as informações a seguir, são de natureza documental e advindas do estatuto social. Inicialmente as informações apresentam as atividades de atuação da cooperativa, seguido da estrutura do corpo funcional. Na sequência, a caracterização da estrutura de governança cooperativa.

A COOPAIA enquadra-se, de acordo com OCB (2019), no ramo cooperativista agropecuário, cujas características apontam para dedicação na prestação de serviços, entre os quais aqueles relacionados às atividades agropecuária e agroindustrial, quer seja no fornecimento de insumos, classificação, armazenagem, processamento ou na comercialização dos produtos. A referida cooperativa possui sua sede fixada no assentamento Ireno Alves, município de Rio Bonito do Iguaçu –PR. Conforme trazido em seu estatuto social, o objetivo principal da entidade está vinculado ao desenvolvimento sustentável de seus associados, promovendo a agroecologia, a cooperação e a reforma agrária em suas ações.

As principais atividades exercidas pela cooperativa circundam entre as atividades vinculadas ao comércio e serviços, relacionados a agricultura. Em âmbito comercial, o estabelecimento comercializa produtos agropecuários, fornecendo insumos aos cooperados e terceiros. Em relação aos serviços, a cooperativa atende à demanda dos associados com a comercialização da produção dos cooperados por meio de programas da agricultura familiar como o PAA, PNAE, e outros meios de escoamento da produção como as feiras municipais de produtores. A cooperativa possui ainda, máquinas e equipamentos para prestação de serviços no plantio, manejo e beneficiamento da produção às famílias cooperadas que não possuem esta infraestrutura, além de prestar serviços a não cooperados como alternativas de receitas para cooperativa (COOPAIA, 2018).

De acordo com os dados Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), por meio do Sistema de Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), a cooperativa conta com um quadro de 90 cooperados, sendo que deste total 74 constam com DAP em condição ativa. A Declaração de Aptidão ao Pronaf é o instrumento que identifica os agricultores familiares e

organizações que estejam aptos a acessarem políticas públicas de incentivo à produção e geração de renda. (MAPA, 2021)

No que diz respeito aos cooperados, segundo dados coletados nas entrevistas com os membros diretivos, a cooperativa se organiza em grupos de produção agroecológica, os quais são compostos por produtores portadores de certificação agroecológica. A cooperativa determina em seu estatuto que o produtor rural deve estar inserido em um dos cinco grupos de produção agroecológica (dados das entrevistas). De acordo com as orientações emanadas pelos manuais de boas práticas de governança redigidos pela OCB e UNICAFES, os grupos formados na estrutura das cooperativas podem ser chamados de comitês sociais, compostos por cooperados e familiares. A proposição da formação dos referidos grupos está na composição do quadro social em grupos mais homogêneos, proporcionando maior participação do quadro social para as definições estratégicas da cooperativa.

Quanto ao quadro de trabalhadores, a cooperativa conta com um responsável pela área administrativa, cuja incumbência é responder por atividades de controles financeiros, emissão de notas fiscais, pagamentos e rotinas do setor. Na atividade de vendas e assistência técnica, há um trabalhador responsável pelas atividades na loja agropecuária e um técnico de produção que atua no planejamento e cultivo das áreas de produção da cooperativa, respectivamente.

No âmbito da gestão, segundo o estatuto social da cooperativa, ela tem a assembleia geral como instância máxima de tomada de decisões, na qual todos os associados (as) têm direito a participar. A periodicidade da assembleia, ocorre ordinariamente uma vez ao ano, conforme definição estatutária, assim como de forma extraordinária sempre que se fizer necessário.

No que se refere à estrutura de governança da cooperativa, ela é constituída por conselhos de administração e fiscal. O Conselho de Administração é composto por 05 membros, sendo eles: presidente, tesoureiro, secretário e dois diretores vogais. De acordo com o artigo 47 da Lei 5.764/71, a sociedade cooperativa será administrada por uma diretoria ou conselho de administração, eleitos em Assembleia Geral. Já o manual de boas práticas de governança em cooperativa da OCB, caracteriza o conselho de administração como o principal componente do sistema de governança por cumprir o papel de ser o elo entre a gestão da cooperativa e os cooperados (OCB, 2020).

Além do conselho de administração, a cooperativa possui um Conselho fiscal, composto por seis membros efetivos, sendo três efetivos e três suplentes, todos associados e eleitos anualmente pela primeira assembleia geral ordinária. Estatutariamente é permitida a reeleição de apenas 1/3 (um terço) dos seus componentes. De acordo com o manual de boas práticas de

governança em cooperativas da OCB, o conselho fiscal é um órgão colegiado, eleito pela Assembleia Geral, com poderes estatutários e legais de fiscalizar assídua e minuciosamente, os atos da administração da cooperativa, subordinado exclusivamente à Assembleia Geral e, portanto, independente dos órgãos de administração (OCB, 2020).

4.1.1 Princípios cooperativos e o Estatuto Social

A análise do conteúdo do estatuto social da cooperativa, iniciou-se pela busca na do documento da presença do termo ou menção aos princípios cooperativos. Em relação ao primeiro princípio cooperativo, cuja diretriz observa o ingresso de modo voluntário e livre de quaisquer discriminação, foi possível tecer algumas considerações, a seguir descritas.

Em seu capítulo terceiro, o estatuto menciona no artigo terceiro, requisitos para associação de cooperados, entre os quais estar em acordo com os propósitos da Cooperativa. Em parágrafo único, é reiterado a necessidade de vínculo com um grupo de produção agroecológica. Ao observar na íntegra a redação do princípio adesão livre e voluntária, verifica-se que ele não faz menção a qualquer característica de restrição, ressaltando que as cooperativas “são abertas a todas as pessoas aptas a utilizar seus serviços e assumir responsabilidades como membros” e não devem fazer quaisquer discriminações.

O segundo princípio, refere-se a participação dos cooperados de forma democrática na gestão da cooperativa, afim de que os mesmos possam contribuir na formulação de políticas e tomadas de decisões. O estatuto social da cooperativa faz menção a este princípio na seção II do capítulo 5, espaço em que são citados os órgãos sociais, entre eles as assembleias geral ordinárias e extraordinária. Segundo o estatuto, neste espaço representativo cada cooperado tem direito ao voto, desta forma os mesmos têm a possibilidade de participarem de forma democrática das decisões da cooperativa.

No capítulo 4 do estatuto, é abordado temas a respeito do capital da cooperativa, O artigo de número doze, trata as formas de constituição do capital social da cooperativa e detalha a contribuição e participação dos cooperados na formação deste capital por meio de quotas-partes. Nota-se nestas seções que o estatuto social da cooperativa traz referências ao terceiro princípio cooperativo denominado participação econômica. Outra referência acerca deste princípio, é notada no capítulo sete do estatuto, especificamente nos artigos 43 a 46, nos quais é retratada a participação dos cooperados na divisão e destinação dos resultados obtidos pela cooperativa.

O quarto princípio cooperativo, cuja abordagem traz questões acerca da autonomia e independência, afirma que as relações com outras instituições cooperativas, devem por meio do controle democrático de seus sócios, assegurar permanência autônoma e independente frente a outras organizações sejam elas quais forem. Embora, não esteja mencionado literalmente, é possível ver reflexos trazidos pela luz do princípio da gestão democrática, quando feito referência aos espaços assembleares, nos quais os cooperados tem prerrogativas legais para exercerem sua autonomia e conseqüentemente, a autonomia e independência da cooperativa.

Relacionado ao princípio de educação, formação e informação, que trata a respeito do papel das organizações cooperativas em capacitar e formar seus cooperados e trabalhadores, além de informar a sociedade sobre os benefícios do cooperativismo, encontra menção no capítulo sete do estatuto da cooperativa, espaço em que são tratados assuntos acerca dos fundos e sobras. O item b do artigo 42, aborda o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES, o qual refere-se a uma reserva a ser constituída pela cooperativa com a finalidade de prestar serviços de assistência aos seus cooperados. Entretanto, essa referência parece ser uma determinação legal, na medida em que não há menção a atividades de formação e instrução de apoio aos cooperados específica nas cláusulas do estatuto social.

Em relação ao princípio da Intercooperação, que ressalta a importâncias das organizações cooperativas trabalharem em conjunto, por meio das estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais, o estatuto social da COOPAIA destaca no capítulo dois, artigo 2º, item K. O referido item do estatuto destaca que a cooperativa objetiva filiar-se a outras cooperativas singulares, regionais, centrais ou confederações cooperativas ligadas a Reforma Agrária e a agroecologia, visando atingir seus objetivos.

Ainda, no capítulo sete, artigo 2º, item d, é observado que haverá uma destinação de sobras líquidas anuais de 2% para o fundo de desenvolvimento, apoio à Reforma Agrária e Intercooperação. O fato da cooperativa buscar por meio de fundos o incentivo a Intercooperação, demonstra que a mesma reconhece a importância do princípio referido.

A respeito do princípio do interesse pela comunidade, o qual aborda o trabalho das cooperativas como fator que contribui para o desenvolvimento dos locais onde estão inseridas, o estatuto social da cooperativa, em seu capítulo II, trata dos objetivos e traz várias menções que remetem ao princípio referido, como: o desenvolvimento sustentável dos associados, promovendo a agroecologia, a cooperação e a reforma agrária, implantações de agroindústrias, desenvolvimento de turismo rural, auxiliar no planejamento da produção agroecológica junto as unidades de produção dos associados.

Nota-se que a partir de seus objetivos, apresentando formas alternativas de produção baseados na agroecologia, a cooperativa além de contribuir para a melhora da renda de seus cooperados ao inserir los no mercado principalmente por meio de programas institucionais, contribui diretamente para a redução dos impactos ambientais, pois diferente do modelo de agricultura convencional, baseado no uso intensivo de agrotóxicos e no monocultivo, o modelo agroecológico de produzir desenvolvido pelo cooperativa e seus associados preza pela produção diversificada de alimentos saudáveis, sem uso de agrotóxicos e respeito à biodiversidade. Estes são fatores que estão remetendo diretamente ao princípio de interesse pela comunidade e contribui para seu desenvolvimento.

4.1.2 Princípios cooperativos: percepção dos membros diretivos

A descrição a seguir está fundamentada nas respostas fornecidas pela direção da cooperativa, entendida aqui os membros que compõem os conselhos corporativos (conselho de administração e fiscal). A referida entrevista contemplou dois blocos de questões, em um primeiro instante caracteriza o perfil do respondente e na sequência, um segundo bloco descreve o conhecimento a respeito de cada princípio cooperativista.

4.1.3 Caracterização dos entrevistados: formação e conhecimento a respeito dos princípios cooperativos

O primeiro bloco de questões teve como objetivo caracterizar o perfil de qualificação profissional dos membros diretivos e averiguar seu conhecimento acerca dos princípios cooperativistas.

No anseio de alcançar as posições dos conselhos diretivos, realizou-se sete entrevistas do universo de nove membros que compõem os conselhos diretivos da COOPAIA. Compondo o conselho de administração foram entrevistados, presidente, secretário e um dos diretores vogais (assim nominados no estatuto da cooperativa). Do conselho fiscal foram entrevistados quatro membros, sendo três titulares e um suplente.

Os entrevistados apresentam idade média de 45 anos. Já em relação ao grau de instrução, entre os membros do conselho de administração dois dos entrevistados possuem ensino superior completo, um ensino fundamental incompleto. Entre os membros do conselho fiscal, todos entrevistados possuem como grau de instrução ensino fundamental incompleto.

Em relação ocupação de cargos anteriores na cooperativa, entre os membros do conselho de administração dois dos entrevistados já ocuparam outros cargos ou funções, já entre os membros do conselho fiscal apenas um dos entrevistados afirma ter ocupado outro cargo na cooperativa.

Entre os membros do conselho de administração dois ocupam o cargo a aproximadamente um ano e outro exerce a função a aproximadamente cinco anos. Já entre os conselheiros fiscais entrevistados dois exercem a função a aproximadamente um ano e dois aproximadamente 5 anos.

Quando questionados sobre possuir conhecimento acerca dos princípios cooperativistas, dois dos entrevistados que compõem o conselho de administração afirmam ter um certo conhecimento. Um deles cita “gestão coletiva” remetendo ao princípio de gestão democrática e ressalta a solidariedade como sendo um dos princípios cooperativistas. O segundo entrevistado cita o princípio da Intercooperação. Os outros cinco entrevistados dizem não ter conhecimento sobre os princípios cooperativistas.

Mesmo com parte dos sete entrevistados afirmando não possuir conhecimento acerca dos princípios cooperativistas, três dos entrevistados dizem acreditar que a cooperativa segue aos princípios, três acreditam que a cooperativa segue “um pouco dos princípios” (termo utilizados pelos entrevistados). Um dos entrevistados diz acreditar que a cooperativa não adere aos princípios e que “a cooperativa atualmente está mais preocupado em sobreviver do que seguir os princípios” (palavras do entrevistado)

4.2 PERCEPÇÃO DOS MEMBROS DIRETIVOS EM RELAÇÃO AOS PRINCÍPIOS COOPERATIVOS

Referente ao princípio de livre adesão voluntária, quando questionados sobre a existência de critérios para a entrada de novos sócios nas cooperativas, os entrevistados foram unânimes em citar a necessidade de se enquadrar na categoria de agricultor familiar, ter a certificação de produção agroecológica e estar vinculado de forma ativa a um dos grupos de produção agroecológica. Um dos entrevistados que compõe o conselho de administração menciona a declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) como um dos critérios a se observar quando do ingresso no quadro de associados). Todos os entrevistados citam como critério final, que a aprovação dos novos associados deve tramitar em assembleia geral da cooperativa.

Quando questionados sobre a existências de restrições para o ingresso de novos associados, três entrevistados citam que a cooperativa “não aceita associação de grandes produtores” (palavras utilizadas pelos entrevistados) referindo-se a monocultura da soja e milho baseado no modelo produtivo convencional. Um dos entrevistados justifica essa “não aceitação” pelo fato da cooperativa ter como foco a produção e comercialização de produtos agroecológicos. Os outros quatro entrevistados afirmam não haver nem um tipo restrições para ingresso de novos associados na cooperativa.

Sobre a existência de documentos utilizados pela cooperativa para registro e comprometimento de novos associados com a cooperativa, dois dos entrevistados citam o livro de registro e as atas das assembleias e reuniões, porém um deles afirma não estar sendo realizado atualmente. Os demais entrevistados afirmam não possuir conhecimento a respeito da existência de tais documentos.

Em relação a forma como é estipulados o valor do capital social para ingresso de novos sócios na cooperativa, quatro dos entrevistados afirmam que os referidos valores são definidos pela assembleia geral. Os demais entrevistados dizem não ter certeza, mas acreditam ser “definidos nas assembleias ou nas reuniões da diretoria” (palavras dos entrevistados)

Sobre o princípio da Gestão Democrática, as respostas dos entrevistados tiveram foco principal nas participações nas assembleias da cooperativa. De acordo com as respostas, as assembleias ocorrem anualmente. Três dos entrevistados citam que a cada três meses a diretoria se reúne para tratar assuntos relativos a cooperativa.

As formas de comunicações a respeito da realização das assembleias são feitas por meio de editais públicos, atendendo as exigências legais, porém atualmente o que tem mais funcionado de acordo com as respostas são os grupos de WhatsApp e por meio de avisos quando os cooperados vem até a cooperativa. Possivelmente, o referido fluxo está associado a atual crise sanitária (pandemia COVID 19).

Sobre a participação dos cooperados nas assembleias, os entrevistados foram unânimes em afirmar ser baixa a participação dos cooperados nas assembleias. Um dos entrevistados, ao referir-se as assembleias menciona que “participam os agricultores que produzem, entregam sua produção, compram, e usam as estruturas da cooperativa” (palavras do entrevistado). De acordo com ele, muitos cooperados se associam para acessar políticas públicas específicas, portanto não fazem questão de participarem de outros espaços da cooperativa.

Para um dos entrevistados, “os núcleos de produção agroecológica tem sido o espaços no qual os cooperados mais participam das discussões de temas relacionados a cooperativa por

se sentirem mais a vontade em dar suas opiniões e sugerir alguma coisa” (palavras do entrevistado). O entrevistado ressalta que a baixa participação pode estar ligada a pouca informação que a cooperativa disponibiliza para os cooperados e ressalta que “a cooperativa tem procurado melhorar neste ponto, mais ainda falta muito” (palavras do entrevistado).

Ainda sobre a pouca participação, dois entrevistados acreditam que no ambiente rural “as pessoas são muito apuradas com os serviços da propriedade” e “preferem ficar fazendo os serviços do que irem a uma reunião” (palavras dos entrevistados). Um deles cita a distância de deslocamento até a sede da cooperativa como empecilho para maior participação.

Sobre as eleições para a composição dos cargos diretivos da cooperativa, dois critérios se destacam de forma unânime nas falas dos entrevistados. Para se concorrer a determinado cargo, o cooperado não deve ter restrições no CPF e ter conhecimento mínimo sobre como “dirigir” ou “tocar uma cooperativa” (palavras do entrevistado). Um dos entrevistados destacou como um dos critérios, não haver grau de parentesco entre os cooperados que assumem cargos diretivos e sempre manter um percentual de membros da diretoria anterior, na perspectiva de dar sequência ao trabalho. Referente a presença de critérios que garantam a representatividade de gênero na composição dos cargos diretivos, quatro entrevistados dizem não ter conhecimento sobre o assunto em questão. Três entrevistados afirmam que a cooperativa não tem critérios definidos e que “a cooperativa tem procurado, mas é difícil” (palavras do entrevistado) alcançar essa representatividade.

Na fala de quatro dos entrevistados, todos afirmam que a cooperativa tem dificuldade em definir pessoas para compor grupo de membros diretivos e acrescentam como desafio a “falta de pessoas que querem assumir cargos na cooperativa” (palavras do entrevistado). Os respondentes ressaltam que os nomes são definidos previamente a realização das assembleias.

Um dos respondentes mencionou que a redução na participação dos cooperados acentua-se “principalmente quando acontece troca de diretoria” (palavras do entrevistado). Segundo ele, alguns dos cooperados não se sentem parte da cooperativa e “são sócios para vender a produção nos programas do governo e usar alguns serviços da cooperativa” (palavras do entrevistado).

Quando questionados em relação a destinação das sobras da cooperativa, todos afirmam que a cooperativa ainda não teve sobras no período em que são cooperados. Sobre a existência de fundos de reserva, um dos entrevistados cita que a cooperativa possui em seu estatuto dois fundos que ao obter sobras deve se destinar um percentual aos mesmos, fundo de Intercooperação e FATES. Três entrevistados afirmam que a cooperativa não possui nenhum fundo e os demais dizem não saber sobre.

Um dos entrevistados, ressaltou que inexistência de sobras “fica mais difícil para a cooperativa se manter” (palavras do entrevistado). O respondente acrescenta que o objetivo da cooperativa está basicamente voltado a redução de dívidas. O entrevistado vê como fundamental a cooperativa ter sobras, “para fazer na parte social e fazer investimentos” (palavras do entrevistado) pois quase a totalidade das estruturas que a cooperativa possui ou é por meio de financiamento bancário ou políticas públicas.

Quando questionados em relação ao processo de tomada de decisões econômicas da cooperativa, como investimentos, acesso a financiamentos e empréstimos bancários, todos entrevistados afirmam que elas são realizadas pela diretoria da cooperativa e posteriormente os números são repassados nas assembleias. Dois dos entrevistados ressaltam que “se as discussões e decisão forem abertas a todos sócios não se consegue chegar a um acordo, por esse motivo é definido pelo grupo da diretoria antes de levar para assembleia” (palavras do entrevistado).

Em relação a disponibilidade de documentos como atas de reuniões, assembleias e estatuto da cooperativa, quatro entrevistados afirmam que os mesmos estão disponíveis para que os cooperados tenham acesso, seja de forma digital ou impresso, porém “os sócios nunca procuraram por estes documentos” (Palavras do entrevistado). Os demais dizem não ter conhecimento sobre a disponibilidade e acesso a estes documentos.

Sobre a autonomia em relação a outras instituições, todos entrevistados afirmam que a cooperativa atualmente não consegue ser autônoma e independente, e que a cooperativa vem buscando formas para se tornar mais independente. Três dos entrevistados afirmam que quando não se tem recursos ou sobras, “a cooperativa fica dependendo da ajuda dos outros” (palavras do entrevistado).

Quando questionados sobre a participação dos cooperados nas definições das relações com outras organizações, todos entrevistados afirmam que definições, são discutido e encaminhado pela diretoria.

De acordo com os entrevistados a cooperativa depende diretamente de outras organizações, e citam como principal a dependência de bancos, empresas privadas além de políticas e programas do governo. Dois entrevistados afirmam que essa dependência está ligada ao fato de “quando a cooperativa não tem sobras depende de banco ou outras empresas pra continuar ou fazer investimentos” e “querendo ou não a cooperativa fica dependente” (palavras do entrevistado). Para esses entrevistados “se a cooperativa tivesse sobras não dependeria tanto”

(palavras do entrevistado) de recursos de bancos ou de recursos financeiros de outras empresas ampliando assim o grau de independência da cooperativa.

De acordo com os entrevistados a cooperativa tem buscado formas de aumentar sua independência, por meio “parcerias com outras cooperativas, buscando novos meio de venda e com o aumento das áreas de produção própria” (palavras dos entrevistados)

Ao serem questionados sobre o princípio da educação, formação e informação, os entrevistados afirmam que atualmente são raros os espaços dedicados a estes princípios. Entretanto, todos ressaltam que a cooperativa já teve momentos importante de formação e capacitação em várias áreas de atuação da cooperativa e citam parcerias entre universidade, prefeituras e outras organizações.

Um dos entrevistados ressaltou que a cooperativa se preocupa com a formação, porém é pouca a participação nos espaços de formação, pelas características das atividades desenvolvidas pelos cooperados. Outro entrevistado afirma que se a cooperativa tivesse resultado poderia investir mais na formação e na educação dos cooperados, isso ajudaria na participação dos mesmos nos espaços de decisão da cooperativa. Conforme reforça o entrevistado “muitos não participam das assembleias por exemplo por não compreender do assunto que está sendo tratado” (palavras do entrevistado)”

Sobre o princípio da Intercooperação, quatro dos entrevistados acreditam que a cooperativa pratica o princípio pelo fato de a cooperativa relacionar se com outras organizações cooperativas das linhas de credito, produção e comercialização e resalta como tem sido importante essa relação.

Um dos entrevistados também cita essa relação com outras organizações cooperativas, porém segundo ele, não considera Intercooperação, pois acredita existir somente relação comercial entre as mesmas e nada além que se configure Intercooperação. Dois dos entrevistados dizem não ter conhecimento se a cooperativa pratica Intercooperação com outras organizações cooperativas.

Quando abordado o princípio de preocupação com a comunidade, todos entrevistados acreditam que a cooperativa tem contribuído de alguma forma para a comunidade onde está inserida e todos afirmam que a mesma tem a possibilidade de ampliar esta contribuição. Um dos entrevistados diz que a cooperativa, tem se tornado a principal ferramenta econômica de algumas famílias e que na crise da pandemia da COVID-19, determinados programas governamentais executados pela cooperativa, forma fundamentais nos atendimentos a famílias vulneráveis. O entrevistado cita ainda como contribuição para a comunidade, a produção de

alimentos saudáveis destinados para a alimentação escolar e a oferta de serviços e venda de produtos com preços mais acessível

De acordo com os demais entrevistados, a cooperativa de alguma forma contribui para a comunidade, na oferta de produtos e serviços e de possibilitar mais uma alternativa de produção e comercialização. Outrossim, ressalta que uma melhor condição econômica, pela cooperativa, poderia contribuir ainda mais para a comunidade, com produtos e serviços ofertados a preços mais acessíveis, pagando melhores preços pela produção, melhorando ainda mais a renda dos cooperados e investindo em melhores estruturas produtivas.

Todos os entrevistados citam como contribuição ambiental da cooperativa a produção do modelo agroecológico e a não utilização de agrotóxicos. Em relação a interação da cooperativa com a comunidade, os entrevistado ressaltam que a cooperativa vem avançando neste aspecto, porém experiências de cooperativa no passada faz com que haja dificuldades para as comunidades se aproximarem da cooperativa atualmente.

Na perspectiva de extrair algumas considerações a respeito do que foi retratado pelos membros diretivos, expressa-se algumas reflexões. Relacionado ao princípio da Adesão livre e voluntaria, o qual apresenta as cooperativas como instituições aberta a associação de novos cooperados, sem que haja discriminação, o tema que aparece com maior intensidades nas respostas é a necessidade de se enquadrar na categoria de agricultor familiar, ter a certificação de produção agroecológica e estar vinculado de forma ativa a um dos grupos de produção agroecológica.

Neste sentido, ao serem questionados sobre a existência de restrições para o ingresso de novos associados, a maior parte dos entrevistados afirmam não haver quaisquer restrições e o restante relacionou o termo “grandes produtores” (palavras utilizadas pelos entrevistados) a produção baseada no modelo produtivo convencional. Um dos objetivos da COOPAIA, claramente expresso em seu estatuto social, aponta para uma produção baseada na produção agroecológica, o que presume a necessidade de uma clareza uniforme, a respeito dessa informação, pelos referidos membros.

Em relação ao princípio da gestão democrática, foi relatada como baixa a participação dos cooperados nos espaços assembleares. Embora, haja argumentos explicativos para as ausências, apresenta-se tal constatação como um desafio para a gestão estreitar o distanciamento dos cooperados do processo decisório da cooperativa. Um dos entrevistados ressalta que nos espaços de reuniões que ocorrem nos núcleos de produção agroecológicas, há,

maior participação dos cooperados, o que pode se apresentar como um canal de ligação a ser explorado pela gestão executiva.

4.3 PRINCÍPIOS COOPERATIVOS: PERCEPÇÃO DOS MEMBROS TRABALHADORES

A descrição a seguir está fundamentada nas respostas fornecidas pelo grupo de trabalhadores da cooperativa. Inicialmente faz-se uma análise dos dados gerais dos entrevistados, em seguida a análise está focada nos dados específicos dos princípios cooperativistas.

O grupo de trabalhadores contempla três pessoas, com idade média de 27 anos. Os trabalhadores desenvolvem suas atividades a aproximadamente dois anos. Os três trabalhadores não são cooperados da cooperativa e desde o início de suas atividades na COOPAIA, permanecem exercendo a função para qual foram contratados.

A qualificação do corpo funcional é diversificada, todavia, em sua maioria possuem formação de nível técnico e superior. No que se refere a formações específicas sobre cooperativismo todos os entrevistado dizem não possuir.

Nesse sentido, lhes foi indagado a respeito do conhecimento acerca dos princípios cooperativistas. Os entrevistados afirmam não ter conhecimento a respeito nenhum dos sete princípios. Os entrevistados afirmam acreditar que os demais trabalhadores e cooperados ativos na cooperativa não possuem conhecimento acerca dos princípios cooperativistas, embora acreditam que cooperativa siga os referidos princípios, mesmo que em parte. A partir deste momento, a fim de preservar a identidade dos entrevistados, as análises irão considerar os respondentes como entrevistado A, entrevistado B e entrevistado C.

A respeito do princípio Livre adesão e Voluntária, os entrevistados afirmam não ter compreensão sobre ele. Ao ser explicado o que representa o referido princípio, os mesmos acreditam que a cooperativa é aberta a todos que queiram participar, porém citam que o ingresso no quadro social da cooperativa requer das pessoas o cumprimento de alguns requisitos, como por exemplo, possuir documentos específicos de produtores rurais e se enquadrar na categoria de agricultor familiar. Outro ponto, reiterado por dois dos entrevistados, é o fato do produtor ter sua produção baseada no modelo agroecológico.

Sobre o princípio da Gestão Democrática, os entrevistados A e C manifestaram que o mesmo aborda a ideia de que todos na cooperativa tem o direito de emitir suas opiniões nos

espaços de decisões pertinentes e citam as assembleias gerais da cooperativa como um desses espaços. O entrevistado B acrescenta que o princípio da Gestão Democrática proporciona uma liberdade de escolha para que o cooperado assuma cargos diretivos na cooperativa e não seja impedido de tal.

Segundo os entrevistados, os trabalhadores não participam das decisões da cooperativa porém os mesmos acreditam ser fundamental essa participação. Na sua visão, cada trabalhador exerce funções específicas que lhes propiciam informações privilegiadas das atividades operacionais desenvolvidas. Assim, uma maior participação dos trabalhadores nos espaços de decisão, possibilitaria maiores contribuições à gestão da cooperativa.

Em relação a participação dos cooperados, os trabalhadores avaliam como muito baixa, tanto nas assembleias como no dia a dia da cooperativa e elencam alguns motivos que acreditam ser pontos centrais para a baixa participação. Na percepção de um dos entrevistados, os cooperados não se sentem donos da cooperativa. Acrescenta ainda, questões políticas e preconceitos pelo fato de a cooperativa estar ligada a movimentos sociais poderia ser um limitador de uma participação mais efetiva.

Foi mencionado ainda, por um dos respondentes, a percepção de que os cooperados em sua maioria se associa a cooperativa atraído pelos benefícios econômicos que ela pode proporcionar aos mesmos. O fato de uma possível redução ou não apresentação de bons resultados econômicos nos últimos exercícios faz com que os cooperados de certa forma participem menos dos espaços de decisões da cooperativa e cita a Assembleia como um desses espaços. O entrevistado cita que a falta de informações aos cooperados sobre as operações da cooperativa poderia ser uma determinante direta no nível de participação cooperados. A maioria dos respondentes ressaltaram em suas falas que o histórico de cooperativas da região que tiveram problemas na gestão e “quebraram” influenciaram os cooperados, diminuindo o interesse deles em participar da cooperativa. Todos os entrevistados ressaltam que o número de cooperados ativos é pequeno quando comparado aos números de cooperados da cooperativa.

Quando questionados se a cooperativa dispõe de critérios que garantam a representatividade de gênero na composição dos cargos diretivos, os respondentes acreditam não haver, porém não possuem conhecimento a respeito

No que se refere ao princípio da participação econômica dos cooperados, um respondente afirmou não ter compreensão sobre o princípio. Já, dois entrevistados compreendem a participação econômica como o capital integralizados pelos cooperados no momento de associação.

Quando questionado sobre a destinação dos excedentes (sobras) e a existência de fundos de reserva, a maioria respondeu não ter conhecimento a respeito. Uma das respostas trouxe que atualmente a cooperativa não vem obtendo sobras, porém quando se tem excedentes é destinado a investimentos em patrimônio. A referida tomada de decisão é discutida em âmbito estratégico, pelos membros diretivos da cooperativa.

Sobre o princípio de autonomia e independência da cooperativa, todos entrevistados afirmam que a cooperativa atualmente depende diretamente de outras instituições para o desenvolvimento de suas atividades. Neste grau de dependência os entrevistados ressaltam a dependência de instituições financeiras e programas governamentais como maior grau de dependência da cooperativa e salientam que sem a interferências destas instituições a cooperativa não tem condições de seguir com suas atividades.

Quando questionado sobre a participação dos cooperados nas definições sobre as relações junto a estas instituições, os entrevistados A e C afirmam que são os membros diretivos que definem como se dá essas relações e posteriormente são repassadas aos cooperados. Os entrevistados A e C afirmam que a cooperativa tem buscado formas para aumentar a autonomia e independência e citam a ampliação das áreas de cultivo próprio da cooperativa e a busca de alternativas para reduzir os pagamentos de juros altos as instituições financeiras que a cooperativa recorre a empréstimos e financiamento.

Em relação ao princípio da educação, formação e informação os respondentes observaram que a cooperativa tem buscado desenvolver espaços de formação para seus trabalhadores e cooperados, embora não é possível apontar avanços significativos, fruto destas ações. Um ponto levantado, nas respostas, diz respeito a uma formação específica sobre as atividades que os trabalhadores desenvolvessem, tal como uma capacitação para melhoria de determinado processo operacional. Já, em relação a informação, os respondentes salientaram o desenvolvimento de um processo de evidenciação de informações poderia fortalecer um “aumento da confiança na diretoria”, na medida em que aspectos de natureza econômica e financeira a respeito da cooperativa, seriam transparentes.

Ao ser questionado sobre o princípio da Intercooperação, uma parcela dos respondentes não ter compreensão sobre ele. Mesmo não tendo conhecimento a respeito, na resposta foi salientado como importante a cooperativa se vincular a outras cooperativas para fortalecer suas operações. A maioria dos respondentes afirmou que a cooperativa pratica a Intercooperação pois a mesma tem relação com outras cooperativas, e citam as cooperativas de crédito SICREDI e CREHNOR, além da cooperativa de produção Terra Livre do município da Lapa –PR.

Ressaltam que essas iniciativas de Intercooperação já demonstram ser fundamental para o fortalecimento da cooperativa, porém a mesma deveria ampliar a relação com outras cooperativas. Sobre a participação em eventos um dos entrevistados diz que a cooperativa já participou, e ajudou na organização de eventos com outras cooperativas como seminário, oficinas e dia de campo. Embora estes eventos não estejam sendo realizados, os mesmos são fundamentais.

No que se refere ao princípio de interesse pela comunidade, os entrevistados concordam que a cooperativa contribui com a região onde está inserida e citam os serviços prestados e a geração de trabalho para os moradores das comunidades com pontos centrais desta contribuição. Os entrevistados citam ainda, o modelo produtivo adotado pela cooperativa, baseado na agroecologia, como uma forma de contribuição ao meio ambiente, pelo fato de não utilizar insumos químicos e causar menos impactos ambientais. Em uma das respostas, foi mencionado que a cooperativa precisa avançar mais na relação com a comunidade, de forma que a comunidade possa valorizar os serviços que a cooperativa desenvolve na região. Na perspectiva de que isso aconteça é necessário que a cooperativa divulgue mais suas ações e crie espaços de interação entre cooperativa e comunidade.

Em síntese, as observações dos membros trabalhadores, demonstram certa limitação quanto a clareza dos princípios cooperativos. Em relação a finalidade da cooperativa, a considerar o exposto no estatuto social, os trabalhadores visualizam a escolha da COOPAIA pela produção agroecológica. Além da produção os trabalhadores ressaltam em suas respostas a necessidade de os cooperados possuírem características de agricultores familiares, evidenciando o conhecimento sobre os objetivos da cooperativa.

Quanto a participação do cooperados e dos próprios trabalhadores nos espaços de discussões da cooperativa, as afirmações dos trabalhadores entrevistados deixa evidente que há pouca participação e ressaltam alguns motivos que podem levar a esta baixa participação, como o acúmulo de atividades nas propriedades, a distância para deslocamento, além do fato de haverem cooperados que associam-se a cooperativa apenas para acessar determinada política pública e não demonstram interesse em participar dos demais espaços da cooperativa.

Os trabalhadores entrevistados, apontam em suas respostas a necessidade da ampliação da formação e informação por parte da cooperativa para com seu cooperados e trabalhadores, pois acreditam ser fundamental para estimular a participação destes nos espaços de decisões da cooperativa. Fica claro nas respostas dos entrevistados, que a cooperativa contribui com a comunidade onde desenvolve suas atividades, seja por meio de sua forma de produção ou

conectando os produtores ao mercado, mas deixa evidente que há a possibilidade de ampliar ainda mais essa contribuição.

4.4 PRINCÍPIOS COOPERATIVISTAS: PERCEPÇÃO DOS COOPERADOS ATIVOS

A população de cooperados ativos, seguindo os critérios estabelecidos na pesquisa, é composta de 41 associados. A análise está retratando as respostas oriundas da amostra pesquisada, ou seja, o retorno de 27 cooperados.

Em relação a idade, a maioria (14) dos respondentes encontra-se na faixa etária entre 41 a 50 anos, seguido de (9) que assinalaram entre 31 a 40 anos. No que diz respeito ao tempo de ingresso na cooperativa, massivamente (92,6 %) os respondentes indicaram que estão no quadro social a pouco tempo, ou seja, em tempo inferior a 5 anos. As respostas evidenciam uma cooperativa nova, em suas primeiras fases, entre o nascimento e crescimento (CARPES E CUNHA, 2018; DICKINSON, 2010; COOK, 1995). Em relação ao grau de instrução, a maioria dos respondentes (24) possuem ensino fundamental I (1º ao 5º ano) incompleto. Nesse sentido, a COOPAIA é uma cooperativa jovem, formada por uma composição societária com idade entre 30 e 50 anos e com instrução de nível médio.

Com o propósito de avaliar a percepção dos respondentes a respeito dos princípios cooperativistas, foram apresentadas afirmações para que os respondentes assinalassem inicialmente o grau de concordância em relação a referida afirmação. Na sequência o respondente deveria informar o grau de intensidade em relação a sua escolha, indicando entre 1 e 3 quando da discordância em relação a afirmação, ao passo que se a resposta indicasse concordância, era necessário apontar a intensidade com que houvesse alinhado com a referida afirmação, assinalando entre 4 e 6. .

A respeito do princípio denominado livre adesão e voluntária, o qual caracteriza as cooperativas como organizações voluntárias, abertas a todas as pessoas aptas a utilizar os seus serviços e assumir as responsabilidades como membros, sem discriminação de sexo ou gênero, social, raça, política ou religião. As afirmações são evidenciadas a seguir (Quadro 4).

Quadro 4 - Livre adesão e voluntária.

AFIRMAÇÕES	MÉDIAS DAS RESPOSTAS
1.1 As cooperativas são organizações abertas a todos aqueles que desejem utilizar seus serviços	3,70
1.2 Todos os cooperados (membros) nas cooperativas devem assumir responsabilidades, por igual.	3,78
1.3 Todos (as) aqueles que desejem ingressar na cooperativa, devem ser aceitos independentemente de sexo ou gênero, social, racial, política e religiosa	4,33

Fonte: Elaborado pelo autor

Em relação a aceitação pela cooperativa, para ingresso de cooperados, a percepção dos respondentes é clara sobre essa prerrogativa (item 1.3). Outrossim, as duas afirmações anteriores, uma mencionando a abertura da cooperativa a todos que dela queiram usufruir de seus serviços (item 1,1) e a outra observando as responsabilidades que os cooperados devem assumir (1.2), evidenciaram respostas de discordância, em grau de intensidade máximo. As respostas demonstraram que os cooperados entendem e concordam, porém é possível arguir que os associados não percebem a utilização dos serviços a todos de forma igual. Em relação as responsabilidades, pode estar apontando uma necessidade de explicitar aos membros cooperados o grau de responsabilidade, não somente em relação a penalidade, mas no sentido de que a cooperativa é uma organização em que o cooperado é parte integrante. Embora, as médias tenha circundado a discordância em relação a afirmativa, o fato da média ser superior a 3 acena para algumas respostas, mesmo que poucas, tenham sido de concordância com baixa intensidade. A abordagem do princípio da Gestão Democrática, reafirma o pressuposto de que homens e mulheres, eleitos como representantes dos demais membros, são responsáveis perante estes. Os resultados são pelas afirmações a seguir (Quadro 5).

Quadro - 5: Gestão Democrática

AFIRMAÇÕES	MÉDIAS DAS RESPOSTAS
2.1 As cooperativas são organizações democráticas, de modo que a participação dos cooperados se dá de forma igualitária.	4,37
2.2 Os cooperados (membros da cooperativa) têm o controle dos direcionamentos (decisões de gestão) da cooperativa, o que é exercido pelo direito que lhe é assegurado pelo voto.	4,04
2.3 Os cooperados (membros) participam ativamente na formulação das suas políticas e na tomada de decisões estratégicas.	3,93

Fonte: Elaborado pelo autor

As afirmações que abordam as práticas democráticas e a participação dos membros no controle e nas tomadas de decisões das organizações cooperativas (2.1 e 2.2), apresentam-se mais claras para os respondentes. Entretanto, em relação a afirmação que abordou a participação dos cooperados na formulação de políticas e diretrizes estratégicas da cooperativa (2.3), o grau de discordância prevaleceu, embora não tenha sido unânime.

A respeito do princípio da participação econômica, o qual destaca as cooperativas como organizações em que seus membros contribuem equitativamente para o capital das suas cooperativas e controlam-no democraticamente, destinando os excedentes para o desenvolvimento e, eventualmente por meio da criação de reservas para possíveis contingências, os respondentes expressaram sua percepção. Os resultados estão apresentados a seguir (Quadro 6).

Quadro 6 - Participação Econômica

AFIRMAÇÕES	MÉDIAS DAS RESPOSTAS
3.1 Os membros contribuem igualmente para a formação do capital social (quota parte) das suas cooperativas.	4,41
3.2 Os membros destinam os resultados (lucros), a partir do exercício do voto, para a realização de investimentos que contribuam para o desenvolvimento da cooperativa.	3,89

Fonte: Elaborado pelo autor

Os respondentes demonstraram maior grau de concordância na afirmação 3.1, que aborda a contribuição igualitária dos cooperados para a formação do capital da cooperativa. O grau de concordância se apresenta com menos intensidade na afirmação 3.2, a qual retrata o papel dos membros cooperados no processo de destinação dos resultados da cooperativa para a realização de investimentos ou outros fins. O resultado pode ser explicado pelos sucessivos resultados econômicos adversos que a cooperativa vem apresentando.

A respeito do princípio que trata sobre a autonomia e independências das cooperativas é necessário que a cooperativa conduza processos e efetive ações para o fortalecimento do referido princípio. A seguir são retratados os resultados (Quadro 7)

Quadro 7 - Autonomia e Independência

AFIRMAÇÕES	MÉDIAS DAS RESPOSTAS
4.1 As cooperativas são organizações autônomas, independentes, não vinculadas hierarquicamente a outra organização.	3,56
4.2 Ao firmarem acordos com outras organizações, como estado, prefeituras, bancos e outras instituições, as cooperativas devem ter o cuidado de informar e promover a participação dos cooperados.	4,59

Fonte: Elaborado pelo Autor

Os respondentes demonstram maior concordância com a afirmação que diz respeito ao cuidado que as organizações cooperativas devem ter ao firmarem acordos com outras organizações. A respeito da autonomia e independência que as cooperativas devem procurar ao manter vínculos com outras organizações (4.1), os respondentes demonstram menor concordância comparada a afirmação (4.2) que menciona relações de convênio com o Estado. Talvez não haja clareza sobre a independência da cooperativa, ou ainda, uma melhor visualização do que seja a referida hierarquização. Outrossim, a percepção em relação a acordos com entes públicos é mais perceptível, talvez pelas constantes atividades e vínculos da cooperativa, conseqüentemente seus cooperados, com programas do governo como por exemplo o PAA.

Em relação ao princípio da Educação, Formação e Informação, as cooperativas são apresentadas como organizações que prezam pela educação e a formação de seus membros, dos representantes eleitos e dos trabalhadores, de forma que estes possam contribuir, de modo eficaz para o desenvolvimento de suas cooperativas. A seguir (Quadro 8) é apresentada a percepção dos respondentes.

Quadro 8 - Educação, Formação e Informação

AFIRMAÇÕES	MÉDIAS DAS RESPOSTAS
5.1 As cooperativas devem promover a educação e a formação de seus membros e trabalhadores.	5,44
5.2 As cooperativas devem informar a comunidade sobre a natureza e as vantagens da formação de uma sociedade cooperativa.	5,56

Fonte: Elaborado pelo autor

As respostas a respeito do dever das cooperativas em promover a educação e formação (5.1), assim como informar a comunidade sobre os papéis e os benefícios das sociedades cooperativas (5.2), demonstram clara concordâncias dos respondentes em relação a este

princípio e sua importância nas organizações cooperativas. Fica clara a percepção dos respondentes quanto a importância da formação dentro do cooperativismo.

Em relação ao princípio da Intercooperação, as cooperativas são apresentadas como organizações que servem de forma mais eficaz aos seus membros e dão mais força ao movimento cooperativo. A seguir (Quadro 9) é possível averiguar a percepção dos respondentes.

Quadro - 9: Intercooperação

AFIRMAÇÕES	MÉDIAS DAS RESPOSTAS
6.1 É fundamental que as cooperativas realizem por meio de parcerias entre elas, trabalhando de forma conjunta, para fortalecer o movimento cooperativo	5,37

Fonte: Elaborado pelo autor

Assim como as afirmações a respeito do princípio da educação, formação e informação (5.1 e 5.2), a importância de as cooperativas construir relações entre si, fortalecendo o movimento cooperativos, como apresentado na afirmação 6.1, baseada no princípio da Intercooperação. Os respondentes demonstram clareza e concordância com a afirmação.

A respeito do princípio Interesse pela comunidade, as cooperativas são apresentadas como organizações que trabalham para o desenvolvimento sustentável das suas comunidades onde estão inseridas, por meio de políticas aprovadas por seus membros. A seguir (Quadro 10) são apresentadas as percepções dos respondentes.

Quadro 10: Interesse pela Comunidade

AFIRMAÇÕES	MÉDIAS DAS RESPOSTAS
7.1 É importante que a cooperativa tenha um olhar para a comunidade onde está localizada (Ex: Rio Bonito do Iguaçu e região), com a finalidade de contribuir para o desenvolvimento regional.	5,67

Fonte: Elaborado pelo autor

A afirmação que aborda a importância da cooperativa no desenvolvimento das comunidades, onde estão ambientadas (7.1), está entre as afirmações com maior média de concordância entre os respondentes, refletindo a clareza que eles possuem acerca do papel que as organizações cooperativas devem buscar desenvolver junto a sociedade.

Percebe-se entre as respostas, determinados princípios não se apresentam de forma clara entre os respondentes, Adesão livre e voluntaria e Gestão democrática. Em relação a cooperativa ser aberta a todos que desejarem usar seus serviços, os respondentes apresentaram

certa discordância entre as respostas, remetendo a ideia de que este princípio não se apresenta de forma clara entre os cooperados, assim como o princípio da gestão democrática, que apresenta nas respostas principalmente nas afirmações referentes ao controle do direcionamento da cooperativa pelos membros e a participação dos mesmo na formulação de políticas e tomada de decisões. Nestas afirmações nota-se, uma menor intensidade nas concordâncias.

Destaca se entre as respostas o grau de concordância das respostas nos princípios da educação, formação e informação, que aborda a importância da cooperativa promover a educação e formação de seus membros e trabalhadores e o interesse pela comunidade. Nestes dois princípios os cooperados demonstram ter maior clareza e concordarem com maior intensidade das afirmações trazidas no questionário.

Percebe se que no princípio que trata da autonomia e independência a média de concordância das respostas é baixa demonstrando que os mesmos discordam com a afirmação, seguindo na linha apresentadas nas respostas dos trabalhadores e membros diretivos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve por objetivo analisar a institucionalização dos princípios cooperativistas na COOPAIA, a luz da percepção de seus membros internos (direção e demais trabalhadores) e membros externos (cooperados) em relação aos princípios cooperativos. A pesquisa foi desenvolvida a partir de um estudo de caso realizado na COOPAIA, cooperativa situada no Assentamento Ireno Alves dos Santos, município de Rio Bonito do Iguaçu, estado do Paraná.

Com relação a estrutura organizacional da COOPAIA, cabe destacar que ela tem sua atuação baseada agricultura familiar, desenvolvendo atividade de produção e comercialização de produtos agroecológicos com agricultores familiares assentados da região. A fim de facilitar o desenvolvimento das atividades produtivas a cooperativa se organiza em núcleos de produção, os quais de acordo com membros diretivos, contribuem para maior participação dos cooperados na gestão da cooperativa. Uma das falas expressa que “os núcleos de produção agroecológica tem sido o espaços no qual os cooperados mais participam das discussões de temas relacionados a cooperativa por se sentirem mais a vontade em dar suas opiniões e sugerir alguma coisa”.

Em relação aos princípios cooperativos, inicialmente analisou-se a percepção dos membros diretores. Nesse sentido, observa-se que entre os membros do conselho de administração há certa familiaridade de alguns integrantes em relação aos princípios cooperativistas, dentre os quais foram ressaltados pelos entrevistados os princípios da gestão democrática e intercooperação. É importante observar que houve acesso a três membros do conselho de administração, contemplando uma amostra dentro do grupo de cinco membros. Reitera-se que não foi possível acesso a todo o grupo em virtude da crise sanitária (Covid 19).

Ainda no grupo de membros diretivos, entre os membros do conselho fiscal percebe-se por meio das entrevistas realizadas que temas a respeito dos princípios não se apresentam de forma clara. Esta percepção se tem por meio das respostas dos entrevistados que ao serem questionados sobre os princípios afirma não ter proximidade com o tema. Neste sentido quando indagados se na visão deles a cooperativa adere aos princípios, mesmo afirmando não possuir conhecimento a respeito afirmam que a cooperativa segue “um pouco dos princípios” (termo utilizados pelos entrevistados) e que “a cooperativa atualmente está mais preocupado em sobreviver do que seguir os princípios” (palavras do entrevistado).

Em relação aos trabalhadores vinculados a COOPAIA, os mesmos relataram não possuir formação específica acerca do cooperativismo, o que pode explicar a limitação em relação ao conhecimento a respeito dos princípios cooperativistas. Ao referirem-se aos princípios eles salientaram sobre a baixa participação dos membros trabalhadores nos espaços de discussões da cooperativa assim como refletiram sobre a importância da cooperativa ampliar seus espaços de capacitação com seus trabalhadores. Segundo falas dos entrevistados maior capacitação ajudaria os trabalhadores desenvolverem melhor suas funções na cooperativa.

Outra dimensão observada, contemplou os cooperados. As questões levantadas junto aos cooperados buscaram extrair a percepção deles em relação a relevância dos princípios cooperativistas. Os cooperados entrevistados, apresentam grau de concordância maiores para com determinadas afirmações a respeito dos mesmos. As afirmações a respeito dos princípios de educação, formação e interesse pela comunidade, seguidos do princípio da Intercooperação, obtiveram maiores médias de concordâncias entre as respostas. Já os demais princípios com destaque aos princípios da Gestão democrática e o grau de concordância se apresentam com menores índices, demonstrando que de certa forma eles não se apresentam com a mesma compreensão entre os respondentes.

Os resultados desta pesquisa alinham-se com os resultados obtidos em estudos anteriores que abordam os princípios cooperativistas. De acordo com Andrade e Alves (2013), cooperativas com estrutura baseada na agricultura familiar apresentam-se como alternativa para o desenvolvimento socioeconômico para agricultores familiares e das regiões onde estão inseridas. Os autores também salientam que além da necessidade de fortalecer alguns aspectos relacionados à gestão, à filosofia cooperativa, capacitação e inovação, é fundamental a atuação por parte do Estado, por meio de políticas que permitam o desenvolvimento da agricultura familiar e destas organizações no Brasil.

Ao observar a estrutura organizacional e objetivos da COOPAIA, pode se assegurar que a mesma cumpre papel fundamental para o desenvolvimento socioeconômico da região onde está inserida. A cooperativa torna-se um braço para os agricultores familiares e assentados acessarem a política públicas e programas governamentais como PNAE, PAA. As referidas políticas públicas, além de ampliarem a renda dos produtores por meio do beneficiamento e comercialização de suas produções, fornecem e distribuem alimentos diversificados e saudáveis para a população por meio do abastecimento de escolas, creches e comercialização em feiras. Nesse sentido, as afirmações de Andrade e Alves (2013) são refletidas nas relações que a

COOPAIA está inserida, enquanto uma cooperativa da agricultura familiar que se relaciona com o Estado e busca avançar nos cuidados sem com a gestão.

Entretanto, alguns aspectos trazidos pelos pesquisadores lançam luz ao olhar a estrutura organizacional da COOPAIA, sugerindo atenção para aspectos de gestão, alinhados as diretrizes cooperativistas. Cançado, Souza Pereira (2014) argumentam ser urgente as cooperativas ampliem a cultura da cooperação entre os cooperados, porém essa ampliação demanda da aplicação do princípio da Educação, Formação e Informação que enfrente o desafio de otimizar a comunicação. Para os autores o apelo à participação e à tomada de maiores responsabilidades em relação à cooperativa se torna difícil para quem não conhece os princípios dessas organizações. Neste sentido, os resultados apresentados por Carneiro (2017), sinalizam a dicotomia do associado, que apesar de ser um dos donos da cooperativa, não age como tal. Este fato reforça a necessidade das cooperativas criarem estratégias para estimular a participação dos cooperados. Ambos estudos alinham com os resultados identificados na COOPAIA, na medida em que os resultados da pesquisa, apontam para a oportunidade de se institucionalizar o princípio da formação e informação com o objetivos de ampliar a compreensão sobre os princípios cooperativistas e a participação dos membros na COOPAIA. Ainda nessa mesma linha, ao relacionar a participação dos cooperados com o tamanho das cooperativas, Bialoskorski Neto (2007), afirma que naquelas cooperativas com um maior número de associados, existe a probabilidade de ocorrer um menor monitoramento e participação entre os membros, fato que pode resultar em um compromisso menor entre a cooperativa e os seus associados. Explica o autor, que o referido processo resulta no afastamento quadro social da gestão da cooperativa.

A COOPAIA, quando comparada a outras cooperativas do ramo agropecuário, pode ser considerada uma cooperativa com número de associados ainda em crescimento. Neste sentido, de acordo com Canquerino (2019), cooperativas com um pequeno porte tendem a apresentarem maior proximidade com os princípios cooperativistas e apresentarem uma gestão participativa com estrutura ativa enxuta de trabalhadores, reconhecendo e estimulando o associado e não a estrutura física. Estas reflexões evidenciam o potencial que a cooperativa possui no processo de institucionalização dos princípios cooperativistas em sua estrutura organizativa.

Os dados coletados na pesquisa evidenciam uma cooperativa nova, em suas primeiras fases (CARPES E CUNHA, 2018; DICKINSON, 2010; COOK, 1995). A referida configuração sugere que a cooperativa dispões de potenciais para ampliação da participação de seus

cooperados e, conseqüentemente promover um aumento do compromisso dos mesmos com a cooperativa.

Soma-se a estas características, o fato da COOPAIA ser resultado das lutas dos movimentos sociais pela reforma agrária na região, estar inserida e desenvolver suas atividades em território de assentamentos. De acordo com Cezimbra (2021), os camponeses assentados nesta região historicamente obtiveram êxito em suas pautas por meio da capacidade organizativa, mobilização e resistência. O fato da cooperativa estar inserida neste ambiente é de fundamental importância para o desenvolvimento dela.

Diante dos resultados, é possível arguir que a cooperativa estudada desenvolve um papel fundamental para o território onde está inserida e principalmente para seus cooperados. Percebe-se na caracterização do caso estudado que a formação da COOPAIA, constituída por agricultores familiares e assentados da reforma agrária da região, tem institucionalizado em seu quadro social a perspectiva da produção e comercialização de alimentos agroecológicos.

Assim como retratado na revisão de literatura, muitas cooperativas com estas características são formadas por grupos que almejam acesso a políticas ou programas específicos e quando se deparam com desafios que sejam ligados ao mercado ou gestão, acabam enfrentando dificuldades por não estarem preparadas. Neste sentido estes estudos (MELO E SCOPINHO, 2018; ANDRADE E ALVES, 2013) apontam a aderência aos princípios cooperativistas como fundamental para o bom desenvolvimento das organizações cooperativas.

A pesquisa permitiu extrair algumas considerações, se não conclusivas, que sinalizem algumas considerações. Entre os membros diretivos, pode se encontrar de forma mais clara o conhecimento acerca de determinados princípios, sendo que este conhecimento está ligado a formação e a capacitação dos entrevistados deste grupo. Já entre os membros trabalhadores e os cooperados que participaram da pesquisa, se tem clareza limitada a respeito dos princípios cooperativistas. Este fato sinaliza oportunidades de aprimoramento em relação a formação e a capacitação de seus cooperados e trabalhadores acerca do cooperativismo.

Neste sentido, as limitações quanto aos conhecimentos da funcionalidade nos espaços pertinentes a organização cooperativa pode resultar em inibidores para participação dos cooperados na cooperativa, pois ao não terem afinidade com determinado assunto ou meio acabam por se sentirem aquém deste meio.

Pode-se arguir que a falta de formação e informação gera um “efeito cascata”, pois a não institucionalização deste princípio na cooperativa acaba por inibir a participação dos cooperados nos espaços de definições da mesma e assim ferir o princípio da gestão democrática

da cooperativa. A não observância do princípio de gestão democrática fragiliza o princípio de autonomia e independência, pois de acordo com este princípio, cabe aos cooperados por meio da participação efetiva, contribuir na gestão da cooperativa de maneira que assegure que a mesma seja autônoma e independente. Desta forma pode se afirmar que embora a cooperativa venha avançando nestes aspectos, há oportunidades de ampliar ações que contribuam na institucionalização dos princípios cooperativistas na cooperativa.

Como contribuição prática espera-se que os resultados possam contribuir para novas reflexões acerca da doutrina cooperativista na cooperativa e assim auxiliar para que de forma sistemática por meio da ampliação da formação e informação, os princípios cooperativistas possam servir como fio condutor das ações que conduz a cooperativa.

Fica como sugestão, a cooperativa buscar fazer parcerias com universidades, institutos e outras instituições públicas da região para de forma conjunta desenvolver projetos de formação e capacitação nas áreas de cooperativismo para disponibilizar a seus membros e por meio destas fortalecer a participação e propagar os benefícios de uma sociedade cooperativa. Em termos de pesquisa, ampliar a pesquisa no universo cooperativista, em cooperativas de crédito, outras cooperativas agropecuárias e de outros ramos, pode-se estender um debate no campo científico a respeito da institucionalização dos princípios cooperativistas.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Marta Cléia; ALVES, Daniela Cristina. **Cooperativismo e Agricultura Familiar: um estudo de caso.** RAIMED - Revista de Administração IMED, 2013, p. 194-208 - ISSN 2237 7956.
- ARAÚJO, Elisson Alberto Tavares; SILVA, Wendel Alex Castro. **Empreendedorismo e Autogestão: Constituição de cooperativas de trabalho INGEPRO.** Julho de 2010, vol. 02, n. 15.
- BAGGIO, Adelar Francisco. **Estruturação e análise do processo de institucionalização da governança em cooperativas agropecuárias.** Universidade Regional do Nordeste do Rio Grande do Sul – Ijuí.2019
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo, Lisboa:** Edições 70, 1977.
- BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. 2007. **Secretaria de Desenvolvimento Territorial.** Territórios da cidadania: proposta do Ministério do Desenvolvimento Agrário para redução da desigualdade social no meio rural brasileiro. Brasília: MDA
- CANÇADO, A. C; GONTIJO, M. C. H. **Princípios Cooperativistas: origens, evolução e influência na legislação brasileira.** In: ENCONTRO DE INVESTIGADORES LATINO-AMERICANO DE COOPERATIVISMO. Anais...São Leopoldo: UNISINOS,2004.
- CANÇADO, Airton Cardoso, SOUZA, Maria de Fátima Arruda, PERREIRA, José Roberto. **Os princípios cooperativistas e a identidade do movimento cooperativista em xeque.** Colégio Politécnico - UFSM, Santa Maria Revista de Gestão e Organizações Cooperativas - RGC RGC - Santa Maria, RS, Vol. 01, N° 02, 2° Sem. 2014 ISSN: 2359-0432.
- CANQUERINO, Yogo Kubiak. **O nível de adoção das práticas de governança corporativa em cooperativas no Oeste do Paraná, 2019.** 186 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural Sustentável) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2019.
- CARNEIRO, Caroline Amim Prata. **A operacionalização dos princípios cooperativistas sob a ótica da sustentabilidade.** Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Escola de Administração e Negócios – ESAN, Mato Grosso do Sul. 2017 (Tese de doutorado).
- CARNEIRO, M. J. (1997). **Política pública e agricultura familiar: uma leitura do Pronaf.** Revista Estudos Sociedade e Agricultura, 8, 70-82.
- CARPES, A. M. S., e CUNHA, P. R., **Mecanismos de Governança Corporativa nos Diferentes Ciclos de Vida de Cooperativas Agropecuárias do Sul do Brasil.** Revista Contabilidade e Governança UNB. Abril, 2018.
- CARVALHO, F.L; BIALOSKORSKI NETO, S. **Indicadores de avaliação de desempenho econômico em cooperativas agropecuárias: um estudo em cooperativas paulistas, Lavras, Organizações Rurais & Agroindustriais, v.10, n.3, p. 420-437, 2008.**
- CARVALHO, Lisane. (2017) **AGROECOLOGIA – UM TERRITÓRIO EM CONSTRUÇÃO: considerações acerca das experiências agroecológicas nos Assentamentos Ireno Alves dos Santos e Marcos Freire no município de Rio Bonito do Iguazu/ PR. – Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação**

em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável (PPGADR), Laranjeiras do Sul/PR, 2017.

CARVALHO, Lisane. **Processos Organizativos nos Assentamentos de Reforma Agrária Ireno Alves dos Santos e Marcos Freire (Rio Bonito do Iguaçu – PR)**. Presidente Prudente, Novembro 2011. Unesp- Presidente Prudente.

CEZIMBRA, Elemar do Nascimento. **O MST e a participação política dos camponeses sem terra: o caso do acampamento herdeiros da terra de Primeiro de Maio em Rio Bonito do Iguaçu/PR**. 2021. 271 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural Sustentável) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2021

Cook, M. L. (1995). **The future of US agricultural cooperatives: a neo-institutional approach**. American Journal of Agricultural Economics, 77(5), 1153-1159.

CORREIA, L. F.; AMARAL, H.F (2006). **Reflexões sobre as funções da Governança Corporativa**. REGE Revista de Gestão. Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG.

CRESWELL, J.W. **Projeto de Pesquisa: método qualitativo, quantitativo e misto**. 2ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

Crúzio, Helnon de Oliveira (2005), **Como organizar e administrar uma cooperativa**. 4. ed., Rio de Janeiro: Editora FGV, 156 p.

DICKINSON, V. **“Cash Flow Patterns as a Proxy for Firm Life Cycle.”** Working paper, University of Florida, Novembro, p. 1-31, 2010.

FRANCIOSI, Ernesto Odilo. **O sistema cooperativo dos assentamentos rurais: O exemplo das cooperativas COAGRI e COOPROSERP**. UNICENTRO, Guarapuava, Departamento de Economia, Informe GEPEG, vol. 12, nº 2, jul-dez, 2007.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: ATLAS, 2002.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**, 6 ed. São Paulo: ATLAS, 2008.

ILHA, P. C. S. et al. **A cooperativa como um agente de capital social local: um estudo da percepção de dirigentes, cooperantes e comunidade da cooperativa agroindustrial Copagril de Marechal Cândido Rondon-PR**. Revista Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba, n.115, p.101-123, jul. /dez. 2008.

IRON, J.E. **Cooperativismo e Economia Social**. São Paulo: STS, 1997. 344p.

JUNIOR, Almiro Alves. **A institucionalização do cooperativismo de Crédito solidário em Minas Gerais**. Universidade Federal de Viçosa. Departamento de Economia. Viçosa, MG, 2018.

KRAJEVSKI, L.C; THEIS, I.M. **Desenvolvimento e acumulação por espoliação: o caso do território Cantuquiriguaçu - Paraná**. Novos Cadernos NAEA v. 20, n. 2, p. 9-26, maio-ago 2017, ISSN 1516-6481 / 2179-7536.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LEITE, Sergio P.; DELGADO, Nelson G. (orgs.). 2011. **Políticas públicas, atores sociais e desenvolvimento territorial no Brasil**. Série Desenvolvimento Rural Sustentável. V. 14. Brasília: IICA

MELLO, T.G; SCOPINHO R,A. **Políticas públicas para os assentamentos rurais e cooperativismo**: entre o idealizado e as práticas possíveis. Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos (SP), Brasil. Revista Sociedade e Estado – Volume 33, Número 1, Janeiro/Abril 2018.

MENEGÁRIO, Alexandre Hattner. **Emprego de indicadores socioeconômicos na avaliação financeira de cooperativas agropecuárias**. 2000. Universidade de São Paulo.

PINHEIRO, Marcos Antonio Henriques. Cooperativas de crédito: **história da evolução normativa no Brasil**.6. ed. Brasília: Banco Central do Brasil, 2008.

PINHO, D.B (org). **Administração de Cooperativas**. Manual do cooperativismo volume 3. São Paulo: CNPQ,1982.

PINHO, D.B. **A doutrina cooperativista nos regimes capitalista e socialista**: suas modificações e suas utilidades. 2.ed. São Paulo: Pioneira, 1965.

PINHO, D.B. **Que é cooperativismo**. São Paulo: DESA, 1966.

PIRES, M. L. L. S. (2010). **O Cooperativismo Agrícola Como Uma Forma de Neutralizar as Desvantagens Competitivas da Agricultura Familiar**. Em análise a Coopercaju. In: XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Caxias do Sul, RS, Brasil.

POLONIO, W.A. **Manual das sociedades cooperativistas**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2004.

Silva Filho, Cícero Virgulino da (2001), **Cooperativas de Trabalho**, São Paulo: Atlas.

Site <<http://www.ampr.org.br/>> 04/06/2020

Site: <<http://unicafes.org.br/>> acesso em 05/06/2020

Site:< <https://sead.portal.ap.gov.br/>> acesso em 05/06/2020

Site:<<http://www.agricultura.pr.gov.br/>> acesso em 20/06/2020

Site:<http://www.paranacooperativo.coop.br/ppc/images/Comunicacao/2020/cenarios_cooperativismo_pr/2020_consolidado_parana.pdf> acesso em 11/05/2020.

Site:<http://www.paranacooperativo.coop.br/PPC/images/Comunicacao/2020/cenarios_cooperativismo_pr/resumo_2020_consolidado_parana.pdf> acesso em 22/04/2020.

Site:<<http://www.paranacooperativo.coop.br/ppc/index.php/sistema-ocepar/2011-12-05-11-29-42/2011-12-05-11-42-54>> acesso em 22/04/2020.

Site:<<http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/one-community>>05/06/2020.

Site:<<https://www.ipea.gov.br/>> acesso em 15/06/2020

TRIVIÑOS, AUGUSTO N. S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: ATLAS, 1967

VALADARES, José Horta. **Estrutura e estratégia institucional**: formação de campo organizacional e isomorfismo no cooperativismo de crédito rural de Minas Gerais. 2003, 38 p. Rio de Janeiro. 2003, 131p.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projeto e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2005.

YIN. R.K. Estudo de caso: **planejamento e métodos**. 2ed.Porto Alegre: Bookman,2001.

ANEXO I – PROTOCOLO DE PESQUISA

Segundo YIN (2010), O protocolo de pesquisa é utilizado como tática para ampliar o grau de confiabilidade de pesquisas como o estudo de caso e orienta o pesquisador a conduzi-las. No protocolo deve ser apresentado os procedimentos e as regras utilizadas no desenvolvimento da pesquisa. Neste protocolo de pesquisa consta o título, pergunta, objetivos, coleta de dados, roteiro de entrevista e análise de dados.

1. **Título:** Análise do processo de institucionalização dos princípios cooperativos: o caso de uma cooperativa agrícola do estado do Paraná.
2. **Pergunta de Pesquisa:** Como ocorre a institucionalização dos princípios cooperativistas na percepção de cooperados, trabalhadores e membros diretivo da cooperativa?
3. **Objetivos** (geral e específicos):
 - 3.1. Geral: Analisar o processo de institucionalização dos princípios cooperativistas na percepção dos cooperados e membros diretivo da cooperativa.
 - 3.2. Específicos:
 - a) Caracterizar o saber dos Trabalhadores da COOPAIA em relação ao papel de uma organização cooperativista;
 - b) Detectar a percepção dos membros diretivos e colaboradores da COOPAIA em relação aos princípios cooperativistas;
 - c) Examinar a percepção dos cooperados ativos na COOPAIA em relação aos princípios cooperativistas.
4. **Coleta de Dados:** A coleta de dados será feita por meio da realização das entrevistas semi estruturada aplicadas aos membros diretivos e trabalhadores da cooperativa. Aos cooperados ativos da cooperativa serão aplicados questionários fechados, utilizando-se como instrumento de coleta o modelo de escala LIKERT com seis pontos.

Além da entrevista e questionários aplicados, a coleta de dados também consistirá na observação realizada pelo pesquisador, constituindo se também como fonte para pesquisa, ao buscar por documentos e materiais para complementar a análise dos dados coletados.

5. Roteiro de Entrevista e Questionário: Foi construído um roteiro de entrevista semiestruturado com perguntas norteadoras relacionadas a cada princípio cooperativista. O referido roteiro será aplicado aos membros diretivos e ao trabalhadores da cooperativa. Foi escolhido o roteiro de entrevista semiestruturado, pois ele permite maior flexibilidade aos

entrevistados, permitindo liberdade no detalhamento das respostas às indagações sobre a realidade da cooperativa.

6. Análise dos Dados: Os dados serão analisados por meio da análise de conteúdo e análise comparativa entre os dados coletados dos membros diretivos, trabalhadores e cooperados.

6.1 Análise de conteúdo - Definir e explicar as categorias para análise; - Realizar análise de conteúdo temática: Identificar os termos relacionados a cada um dos temas (princípios cooperativistas); - Demonstrar e discutir os resultados; - Realizar análise comparativa: Refletir a institucionalização e o grau de conhecimento acerca dos princípios cooperativistas dos membros diretivos, trabalhadores e cooperados e comparar as respostas e observações de cada grupo e ver se encontra um padrão nas respostas.

6.2 Análise Likert - Serão aplicados questionários, aos cooperados, com um conjunto de afirmações a respeito dos princípios cooperativistas. Os respondentes serão convidados a responder discordando (respostas entre 1 e 3) ou concordando (respostas entre 4 e 6) sobre a referida afirmação.

6.3 Análise documental: serão analisadas as atas e estatutos constitutivos, observando-se a presença dos termos relacionados a cada um dos temas (princípios cooperativistas).

ANEXO II - Entrevista aplicada aos trabalhadores

Data: __/__/__

Hora:__:__

Local: _____ **Município:** _____

1ª BLOCO - DADOS GERAIS DO ENTREVISTADO

1. Identificação _____ 2. Idade _____

3. _____

Função: _____

4. Associado da COOPAIA: () Sim () Não

5. _____ Tempo _____ que _____ desempenha _____ a

Função _____

6. Ocupou no passado outras funções na cooperativa? (Quais)

7. Qual seu Grau de instrução

- () Ensino básico incompleto
- () Ensino básico completo
- () Ensino fundamental Incompleto
- () Ensino Fundamental Completo
- () Ensino Médio Incompleto
- () Ensino Médio Completo
- () Graduação Incompleta
- () Graduação Completa
- () Pós Graduação Incompleta
- () Pós Graduação Completa

8. Possui alguma curso específico em cooperativismo?

() Não () Sim. Qual/ais: _____

9. Possui conhecimento acerca dos princípios cooperativista?

() Não () Sim Se a resposta for não ir direto para a questão 10.

9.1 Cite e comente os princípios cooperativistas de seu conhecimento.

9.2 Na sua visão a cooperativa segue aos princípios cooperativistas citados?

() Não () Sim

10. Na sua visão os cooperados e trabalhadores da cooperativa possuem conhecimento acerca dos princípios cooperativistas?

() Não () Sim

2º BLOCO - DADOS ESPECÍFICOS DOS PRINCÍPIOS COOPERATIVISTAS.

1. LIVRE ADESÃO E VOLUNTÁRIA: As cooperativas são organizações voluntárias, abertas a todas as pessoas aptas a utilizar os seus serviços e assumir as responsabilidades como membros, sem discriminação de sexo ou gênero, social, racial, política e religiosa.

Questões:

1.1 Ao ler o princípio, qual sua compreensão?

1.2 A cooperativa segue algum critério para a entrada de novos cooperados? Quais?

1.3 A cooperativa dispõe de medidas restritivas para ingresso de novos associados? Se a resposta for sim, Quais?

2. GESTÃO DEMOCRÁTICA: As cooperativas são organizações democráticas, controladas pelos seus membros, que participam ativamente na formulação das suas políticas e na tomada de decisões. Os homens e as mulheres, eleitos como representantes dos demais membros, são responsáveis perante estes. Nas cooperativas de primeiro grau, os membros têm igual direito de voto (um membro, um voto); as cooperativas de grau superior são também organizadas de maneira democrática.

Questões:

2.1 Ao ler o princípio, qual sua compreensão?

2.2 Como tem se dado a participação, o comparecimento dos cooperados e trabalhadores nas assembleias gerais?

2.3 Como ocorre o processo de participação dos cooperados, durante a assembleia, na definição das políticas e tomadas de decisão que afetam o patrimônio da cooperativa?

2.4 Existem critérios que garantam a representatividade de gênero na composição dos cargos diretivos?

3. PARTICIPAÇÃO ECONÔMICA DO ASSOCIADO: Os membros contribuem equitativamente para o capital das suas cooperativas e controlam-no democraticamente. Parte desse capital é, normalmente, propriedade comum da cooperativa. Os membros recebem, habitualmente, se houver, uma remuneração limitada ao capital integralizado, como condição de sua adesão. Os membros destinam os excedentes a uma ou mais das seguintes finalidades: Desenvolvimento das suas cooperativas, eventualmente através da criação de reservas, parte das quais, pelo menos, será indivisível; Benefícios aos membros na proporção das suas transações com a cooperativa; Apoio a outras atividades aprovadas pelos membros

Questões:

3.1 Ao ler o princípio, qual sua compreensão?

3.2 Como a cooperativa determina a destinação das sobras, em relação ao valor que a cooperativa vai reter (fundos de reservas)?

3.3 Quais os fundos de reserva determinados pela Direção da Cooperativa?

3.4 Quais as finalidades que a COOPAIA costuma determinar para aplicação dos excedente (sobras)?

4. AUTONOMIA E INDEPENDÊNCIA: As cooperativas são organizações autônomas, de ajuda mútua, controladas pelos seus membros. Se firmarem acordos com outras organizações, incluindo instituições públicas, ou recorrerem a capital externo, devem fazê-lo em condições que assegurem o controle democrático pelos seus membros e mantenham a autonomia da cooperativa.

Questões:

- 4.1 Ao ler o princípio, qual sua compreensão?
 - 4.2 As decisões de financiamento de recursos financeiros, junto as instituições financeiras, para investimentos, são submetidas a aprovação dos cooperados em assembleia?
 - 4.3 As relações construídas entre cooperativa e Estado (PNAE, PAA) e seus desdobramentos, são socializados com os cooperados em assembleia?
 - 4.4 Quais iniciativas que a cooperativa adota para promoção do desenvolvimento da cooperativa e consequentemente preservando a autonomia e independência?
-

5 ° PRINCÍPIO – EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO E INFORMAÇÃO

As cooperativas promovem a educação e a formação de seus membros, dos representantes eleitos e dos trabalhadores, de forma que estes possam contribuir, eficazmente, para o desenvolvimento de suas cooperativas. Informam o público em geral, particularmente os jovens e os líderes de opinião, sobre a natureza e as vantagens da cooperação.

Questões:

- 5.1 Ao ler o princípio, qual sua compreensão?
 - 5.2 Quais as ações promovidas pela cooperativa, com o propósito de capacitar seus trabalhadores?
 - 5.3 A cooperativa promove ações no sentido de incentivar a educação e formação dos cooperados, trabalhadores e membros diretos?
 - 5.4 Como a cooperativa promove a divulgação do propósito, natureza e benefícios da cooperação?
-

6. INTERCOOPERAÇÃO: As cooperativas servem de forma mais eficaz aos seus membros e dão mais força ao movimento cooperativo, trabalhando em conjunto, através das estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais.

Questões:

- 6.1 Ao ler o princípio, qual sua compreensão?
 - 6.2 A cooperativa possui parcerias com outras cooperativas? Se sim, como e o que é realizado?
 - 6.3 A cooperativa realiza ou participa de encontros /eventos com outras cooperativas? Comente em quais encontros e suas finalidade, assim como a periodicidade com que acontecem esses eventos.
-

7. PREOCUPAÇÃO COM A COMUNIDADE: As cooperativas trabalham para o desenvolvimento sustentado das suas comunidades, através de políticas aprovadas pelos membros.

Questões:

- 7.1 Ao ler o princípio, qual sua compreensão?
- 7.2 Quais as ações ou projetos que COPAIA tem que promovam benefícios para a sociedade?
- 7.3 Na contratação de seus trabalhadores, assim como ao firmar laços de parceria, a COOPAIA tem alguma determinação para adotar critérios de priorização de atores locais (membros da comunidade e entorno).
- 7.4 A cooperativa possui projetos relacionados a preservação ambiental?
- 7.5 A cooperativa promove eventos de integração entre os cooperados, trabalhadores e a comunidade, ou ainda internamente? Em caso afirmativo, comente como se dá o referido evento e sua finalidade.

ANEXO III - Roteiro de entrevista aplicada aos membros diretivos

Data: __/__/__

Hora:__:__

Local: _____ Município: _____

1º BLOCO - DADOS GERAIS DO ENTREVISTADO

1. Identificação _____ 2.
- Idade _____
- 3.
- Cargo _____ da
4. Tempo de associado da
- COOPAIA _____
5. Tempo que ocupa o cargo
6. Ocupou no passado outros (quais) cargos na cooperativa
7. Qual seu Grau de instrução

- () Ensino básico incompleto
- () Ensino básico completo
- () Ensino fundamental Incompleto
- () Ensino Fundamental Completo
- () Ensino Médio Incompleto
- () Ensino Médio Completo
- () Graduação Incompleta
- () Graduação Completa
- () Pós Graduação Incompleta
- () Pós Graduação Completa

8. Possui alguma formação específica em cooperativas?

() Não () Sim. Qual/ais: _____

9. Possui conhecimento acerca dos princípios cooperativista?

() Não () Sim Se a resposta for não ir direto para a questão 10.

9.1 Cite e comente os princípios cooperativistas de seu conhecimento.

9.2 Na sua visão a cooperativa segue aos princípios cooperativistas citados?

() Não () Sim

10. Na sua visão a cooperativa segue aos princípios cooperativistas?

2º BLOCO - DADOS ESPECÍFICOS DOS PRINCÍPIOS COOPERATIVISTAS.

1. LIVRE ADESÃO E VOLUNTÁRIA: As cooperativas são organizações voluntárias, abertas a todas as pessoas aptas a utilizar os seus serviços e assumir as responsabilidades como membros, sem discriminação de sexo ou gênero, social, racial, política e religiosa.

Questões:

1.1 Como funciona a política de adesão dos novos cooperados?

1.2 A cooperativa segue algum critério para a entrada de novos cooperados? Quais?

1.3 Qual a instância responsável por autorizar o ingresso de novos cooperados?

1.4 Quando o cooperado ingressa na cooperativa ele se compromete com a cooperativa? Como se dá isso, por entrega de algum documento, pela assinatura de algum documento, por uma aprovação em assembleia?

1.5 Como é estipulado e definido o valor do capital social para ingresso, pelo cooperado, na COOPAIA?

1.6 A cooperativa dispõe de medidas restritivas para ingresso de novos associados? Se a resposta for sim, Quais?

2. GESTÃO DEMOCRÁTICA: As cooperativas são organizações democráticas, controladas pelos seus membros, que participam ativamente na formulação das suas políticas e na tomada de decisões. Os homens e as mulheres, eleitos como representantes dos demais membros, são responsáveis perante estes. Nas cooperativas de primeiro grau, os membros têm igual direito de voto (um membro, um voto); as cooperativas de grau superior são também organizadas de maneira democrática.

Questões:

2.1 Qual é a periodicidade das assembleias gerais?

2.2 Como é feita a convocação para as assembleias gerais? Quais os meios utilizados para a divulgação?

2.3 Como tem se dado a participação, o comparecimento dos cooperados nas assembleias gerais?

2.4 Existem algum tipo de incentivo aos cooperados para que participem, compareçam das assembleias?

2.5 Como ocorre o processo de eleições para cargos diretivos (Presidente e Conselhos)? Por voto ou aclamação? Qual o prazo dos mandatos?

2.6 Todos cooperados tem acesso ao estatuto social da cooperativa? De que forma (impresso, digital)?

2.7 A cooperativa possui algum regimento interno que juntamente com o Estatuto Social orienta a gestão da cooperativa?

2.8 Como ocorre o processo de participação dos cooperados, durante a assembleia, na definição das políticas e tomadas de decisão que afetam o patrimônio da cooperativa?

2.9 A cooperativa utiliza de quais meios de comunicação e tecnologia (internet) para interagir e disponibilizar informações aos seus cooperados? Quais informações são disponibilizados?

2.10 Há exigência de algum critério para a candidatura dos cooperados para algum cargo diretivo?

2.11 Existem critérios que garantam a representatividade de gênero na composição dos cargos diretivos?

3. PARTICIPAÇÃO ECONÔMICA DO ASSOCIADO: Os membros contribuem equitativamente para o capital das suas cooperativas e controlam-no democraticamente. Parte desse capital é, normalmente, propriedade comum da cooperativa. Os membros recebem, habitualmente, se houver, uma remuneração limitada ao capital integralizado, como condição de sua adesão. Os membros destinam os excedentes a uma ou mais das seguintes finalidades: Desenvolvimento das suas cooperativas, eventualmente através da criação de reservas, parte das quais, pelo menos, será indivisível; Benefícios aos membros na proporção das suas transações com a cooperativa; Apoio a outras atividades aprovadas pelos membros

Questões:

3.1 Como a cooperativa determina a destinação das sobras, em relação ao valor que a cooperativa vai reter (fundos de reservas)?

3.4 Quais os critérios de distribuição das sobras que serão destinadas para os cooperados?

3.2 Quais os fundos de reserva determinados pela Direção da Cooperativa?

3.3 Quais as finalidades que a COOPAIA costuma determinar para aplicação dos excedente (sobras)?

4. AUTONOMIA E INDEPENDÊNCIA: As cooperativas são organizações autônomas, de ajuda mútua, controladas pelos seus membros. Se firmarem acordos com outras organizações, incluindo instituições públicas, ou recorrerem a capital externo, devem fazê-lo em condições que assegurem o controle democrático pelos seus membros e mantenham a autonomia da cooperativa.

Questões:

4.1 As decisões de financiamento de recursos financeiros, junto as instituições financeiras, para investimentos, são submetidas a aprovação dos cooperados em assembleia?

4.2 As relações construídas entre cooperativa e Estado (PNAE, PAA) e seus desdobramentos, são socializados com os cooperados em assembleia?

4.3 Quais iniciativas que a cooperativa adota para promoção do desenvolvimento da cooperativa e consequentemente preservando a autonomia e independência?

5 ° PRINCÍPIO – EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO E INFORMAÇÃO

As cooperativas promovem a educação e a formação de seus membros, dos representantes eleitos e dos trabalhadores, de forma que estes possam contribuir, eficazmente, para o desenvolvimento de suas cooperativas. Informam o público em geral, particularmente os jovens e os líderes de opinião, sobre a natureza e as vantagens da cooperação.

Questões:

5.1 Quais as ações promovidas pela cooperativa, com o propósito de capacitar seus trabalhadores?

5.2 A cooperativa promove ações no sentido de incentivar a educação e formação dos cooperados membros diretos?

5.3 A cooperativa promove ações no sentido de incentivar a educação e formação dos cooperados?

5.4 Como a cooperativa promove a divulgação do propósito, natureza e benefícios da cooperação?

6. INTERCOOPERAÇÃO: As cooperativas servem de forma mais eficaz aos seus membros e dão mais força ao movimento cooperativo, trabalhando em conjunto, através das estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais.

Questões:

6.1 A cooperativa possui parcerias com outras cooperativas? Se sim, como e o que é realizado?

6.2 A cooperativa realiza ou participa de encontros /eventos com outras cooperativas? Comente em quais encontros e suas finalidade, assim como a periodicidade com que acontecem esses eventos.

7. PREOCUPAÇÃO COM A COMUNIDADE: As cooperativas trabalham para o desenvolvimento sustentado das suas comunidades, através de políticas aprovadas pelos membros.

Questões:

7.1 Quais as ações ou projetos que COPAIA tem que promovam benefícios para a sociedade?

7.2 Na contratação de seus trabalhadores, assim como ao firmar lações de parceria, a COOPAIA tem alguma determinação para adotar critérios de priorização de atores locais (membros da comunidade e entorno).

7.3 A cooperativa possui projetos relacionados a preservação ambiental?

7.4 A cooperativa apoia ou promove eventos culturais na comunidade em que está inserida? Se a resposta for sim, comente como é realizado?

7.5 A cooperativa promove eventos de integração entre os cooperados, trabalhadores e a comunidade, ou ainda internamente? Em caso afirmativo, comente como se dá o referido evento e sua finalidade.

ANEXO IV - Questionário aplicado aos Cooperados

Orientações para o Preenchimento do Formulário

Para responder as questões abaixo, assinalar com a letra “(X)” em cada questão se a resposta referente a pergunta é () **SIM** ou () **NÃO**.

Em seguida, através da ESCALA LIKERT, marcar com a Letra “(X)” o grau de importância para a COOPAIA do tema contido na pergunta.

QUAL O GRAU DE IMPORTÂNCIA ? (1) (2) (3) (4) (5) (6)

(1) = MUITO IRRELEVANTE (2) = IRRELEVANTE (3) = POUCO IRRELEVANTE
(4) = POUCO IMPORTANTE (5) = IMPORTANTE (6) = MUITO IMPORTANTE

1º BLOCO - DADOS GERAIS DO ENTREVISTADO

4 Idade () 18 a 30 () 31 a 40 () 41 a 50 () 51 a 65 () mais de 65

5 Tempo de cooperado na COOPAIA () até 5 anos () entre 5 e 10 anos () entre 11 e 20 anos
() entre 21 e 30 anos () mais de 30 anos

6 Grau de Instrução

() De 1ª a 4ª série	() 2º Grau Completo	() Faculdade
() De 5ª a 8ª série	() Faculdade	Completa.
() 2º Grau Incompleto		() Outras Formações

2ª BLOCO - DADOS ESPECÍFICOS DOS PRINCÍPIOS COOPERATIVISTAS.

1. LIVRE ADESAO E VOLUNTÁRIA: As cooperativas são organizações voluntárias, abertas a todas as pessoas aptas a utilizar os seus serviços e assumir as responsabilidades como membros, sem discriminação de sexo ou gênero, social, racial, política e religiosa.						
1.1 As cooperativas são organizações abertas a todos aqueles que desejem utilizar seus serviços	1	2	3	4	5	6
	Discordo (Não concordo)			Concordo		
1.2 Todos os cooperados (membros) nas cooperativas devem assumir responsabilidades, por igual.	1	2	3	4	5	6
	Discordo (Não concordo)			Concordo		
1.3 Todos (as) aqueles que desejem ingressar na cooperativa, devem ser aceitos independentemente de sexo ou gênero, social, racial, política e religiosa.	1	2	3	4	5	6
	Discordo (Não concordo)			Concordo		
2. GESTÃO DEMOCRÁTICA: As cooperativas são organizações democráticas, controladas pelos seus membros, que participam ativamente na formulação das suas políticas e na tomada de decisões.						
2.1 As cooperativas são organizações democráticas, de modo que a participação dos cooperados se dá de forma igualitária.	1	2	3	4	5	6
	Discordo (Não concordo)			Concordo		
2.2 Os cooperados (membros da cooperativa) têm o controle dos direcionamentos (decisões de gestão) da cooperativa, o que é exercido pelo direito que lhe é assegurado pelo voto.	1	2	3	4	5	6
	Discordo (Não concordo)			Concordo		
2.3 Os cooperados (membros) participam ativamente na formulação das suas políticas e na tomada de decisões estratégicas.	1	2	3	4	5	6
	Discordo (Não concordo)			Concordo		
3. PARTICIPAÇÃO ECONÔMICA DO ASSOCIADO: Os membros contribuem equitativamente para o capital das suas cooperativas e controlam-no democraticamente. Parte desse capital é, normalmente, propriedade comum da cooperativa. Os membros recebem, habitualmente, se houver, uma remuneração limitada ao capital integralizado, como condição de sua adesão. Os membros destinam os excedentes a uma ou mais das seguintes finalidades: Desenvolvimento das suas cooperativas, eventualmente através da criação de reservas, parte das quais, pelo menos, será indivisível; Benefícios aos membros na proporção das suas transações com a cooperativa; Apoio a outras atividades aprovadas pelos membros.						
3.1 Os membros contribuem igualmente para a formação do capital social (quota parte) das suas cooperativas.	1	2	3	4	5	6
	Discordo (Não concordo)			Concordo		

<p>3.2 Os membros destinam os resultados (lucros), a partir do exercício do voto, para a realização de investimentos que contribuam para o desenvolvimento da cooperativa.</p>	<table border="1"> <tr> <td>1</td> <td>2</td> <td>3</td> <td>4</td> <td>5</td> <td>6</td> </tr> <tr> <td colspan="3">Discordo (Não concordo)</td> <td colspan="3">Concordo</td> </tr> </table>	1	2	3	4	5	6	Discordo (Não concordo)			Concordo		
	1	2	3	4	5	6							
Discordo (Não concordo)			Concordo										
<p>4. AUTONOMIA E INDEPENDÊNCIA: As cooperativas são organizações autônomas, de ajuda mútua, controladas pelos seus membros. Se firmarem acordos com outras organizações, incluindo instituições públicas, ou recorrerem a capital externo, devem fazê-lo em condições que assegurem o controle democrático pelos seus membros e mantenham a autonomia da cooperativa.</p>													
<p>4.1 As cooperativas são organizações autônomas, independentes, não vinculadas hierarquicamente a outra organização.</p>	<table border="1"> <tr> <td>1</td> <td>2</td> <td>3</td> <td>4</td> <td>5</td> <td>6</td> </tr> <tr> <td colspan="3">Discordo (Não concordo)</td> <td colspan="3">Concordo</td> </tr> </table>	1	2	3	4	5	6	Discordo (Não concordo)			Concordo		
	1	2	3	4	5	6							
Discordo (Não concordo)			Concordo										
<p>4.2 Ao firmarem acordos com outras organizações, como estado, prefeituras, bancos e outras instituições, as cooperativas devem ter o cuidado de informar e promover a participação dos cooperados.</p>	<table border="1"> <tr> <td>1</td> <td>2</td> <td>3</td> <td>4</td> <td>5</td> <td>6</td> </tr> <tr> <td colspan="3">Discordo (Não concordo)</td> <td colspan="3">Concordo</td> </tr> </table>	1	2	3	4	5	6	Discordo (Não concordo)			Concordo		
	1	2	3	4	5	6							
Discordo (Não concordo)			Concordo										
<p>5. EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO E INFORMAÇÃO: As cooperativas promovem a educação e a formação de seus membros, dos representantes eleitos e dos trabalhadores, de forma que estes possam contribuir, eficazmente, para o desenvolvimento de suas cooperativas. Informam o público em geral, particularmente os jovens e os líderes de opinião, sobre a natureza e as vantagens da cooperação.</p>													
<p>5.1 As cooperativas devem promover a educação e a formação de seus membros e trabalhadores.</p>	<table border="1"> <tr> <td>1</td> <td>2</td> <td>3</td> <td>4</td> <td>5</td> <td>6</td> </tr> <tr> <td colspan="3">Discordo (Não concordo)</td> <td colspan="3">Concordo</td> </tr> </table>	1	2	3	4	5	6	Discordo (Não concordo)			Concordo		
	1	2	3	4	5	6							
Discordo (Não concordo)			Concordo										
<p>5.2 As cooperativas devem informar a comunidade sobre a natureza e as vantagens da formação de uma sociedade cooperativa.</p>	<table border="1"> <tr> <td>1</td> <td>2</td> <td>3</td> <td>4</td> <td>5</td> <td>6</td> </tr> <tr> <td colspan="3">Discordo (Não concordo)</td> <td colspan="3">Concordo</td> </tr> </table>	1	2	3	4	5	6	Discordo (Não concordo)			Concordo		
	1	2	3	4	5	6							
Discordo (Não concordo)			Concordo										
<p>6. INTERCOOPERAÇÃO: As cooperativas servem de forma mais eficaz aos seus membros e dão mais força ao movimento cooperativo, trabalhando em conjunto, através das estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais.</p>													
<p>6.1 É fundamental que as cooperativas realizem por meio de parcerias entre elas, trabalhando de forma conjunta, para fortalecer o movimento cooperativo.</p>	<table border="1"> <tr> <td>1</td> <td>2</td> <td>3</td> <td>4</td> <td>5</td> <td>6</td> </tr> <tr> <td colspan="3">Discordo (Não concordo)</td> <td colspan="3">Concordo</td> </tr> </table>	1	2	3	4	5	6	Discordo (Não concordo)			Concordo		
	1	2	3	4	5	6							
Discordo (Não concordo)			Concordo										
<p>7. PREOCUPAÇÃO COM A COMUNIDADE: As cooperativas trabalham para o desenvolvimento sustentável das suas comunidades, através de políticas aprovadas pelos membros.</p>													
<p>7.1 É importante que a cooperativa tenha um olhar</p>	<table border="1"> <tr> <td>1</td> <td>2</td> <td>3</td> <td>4</td> <td>5</td> <td>6</td> </tr> </table>	1	2	3	4	5	6						
	1	2	3	4	5	6							

para a comunidade onde está localizada (Ex: Rio Bonito do Iguaçu e região), com a finalidade de contribuir para o desenvolvimento regional.	Discordo (Não concordo)	Concordo